



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**CUIABÁ/MT
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**CUIABÁ/MT
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)
CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
n/a – não aplicável
n/d – não disponível
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
RG – Relatório de Gestão
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

SR – Superintendência Regional
SR/DPF/MT – Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso
DPF/BBRG – Delegacia de Polícia Federal em Barra do Garças/MT
DPF/CAE – Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT
DPF/ROO – Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT
DPF/SIC – Delegacia de Polícia Federal em Sinop/MT

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual.....	10
Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087	13
Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089	14
Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662	14
Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750	22
Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353	23
Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453	24
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	25
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	26
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	26
Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200374.....	28
Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200375	28
Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200374.....	29
Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200375	30
Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200374	30
Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200375	31
Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - 200374.....	32
Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG – 200375.....	32
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	33
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	33
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	34

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	34
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	34
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	35
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	35
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	36
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	36
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	37
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ.....	42
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	44
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	46
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros ..	46
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	47
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ	48
Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	50
Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo.....	50
(Série Histórica)	50
ANEXO I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	52
ANEXO I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	53
ANEXO II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	54
ANEXO III - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	55
ANEXO IV - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010	56
ANEXO V – Mapa Estratégico do DPF	57

ANEXO VI – Resultados da Produtividade da área judiciária	58
ANEXO VII – Resultados da Produtividade da área judiciária.....	59
ANEXO VIII- Resultados das ações da Operação Sentinela em Mato Grosso no ano 2010.....	62
ANEXO IX - Resultados das ações da Operação Sentinela em Mato Grosso no ano 2010.....	63
ANEXO X - Resultados das ações em relação ao Plano de Metas do ano 2010	67

SUMÁRIO

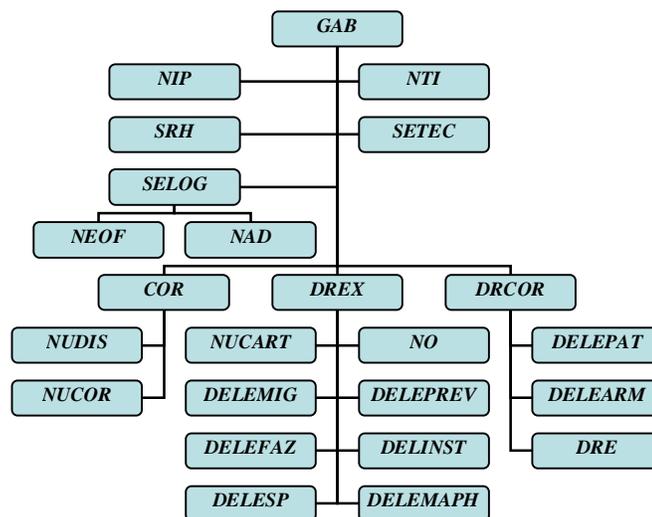
<i>ORGANOGRAMA FUNCIONAL</i>	6
<i>1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL</i>	10
<i>2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</i>	11
2.1) Responsabilidades institucionais	11
2.1.1) Competência institucional	11
2.1.2) Objetivos estratégicos.....	11
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	12
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	12
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.	13
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	13
2.3.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social	13
2.3.1.2) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....	14
2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	14
2.3.1.3.1) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....	15
2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	16
2.3.1.3.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	16
2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	22
2.3.1.4) Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	22
2.3.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal.....	23
2.3.1.6) Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.....	24
2.3.1.6.1) Ação 8375 – Campanha de Desarmamento.....	25
2.3.1.6.2) Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	25
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	26
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	26
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	26
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital.....	26
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	26
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	26
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	28
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	28
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	28
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	28
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	29
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	30
2.4.3) Indicadores Institucionais	31
<i>3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS</i>	32
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	32
3.2) Análise Crítica	32
<i>4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</i>	32
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	32

4.2) Análise Crítica	32
5. <i>RECURSOS HUMANOS</i>	33
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	33
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	34
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	35
5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos	35
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	36
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	38
6. <i>TRANSFERÊNCIAS</i>	40
6.1) Transferências efetuadas no exercício	40
6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo	40
7. <i>DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV</i>	41
8. <i>SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</i>	42
8.1) Estrutura de controles internos da UJ	42
9. <i>SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</i>	44
9.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	44
10. <i>GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO</i>	46
10.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	46
1.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade.....	47
11. <i>GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</i>	48
11.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	48
12. <i>DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO</i>	49
13. <i>UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</i>	50
ANEXOS.....	51

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso conta com cinco Unidades Operacionais, distribuídas nas cidades de Cuiabá, Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop onde estão instaladas a Sede da Superintendência e quatro Delegacias de Polícia Federal, respectivamente.

A Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009 regulamenta o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, cujo organograma funcional é demonstrado a seguir:



Superintendência Regional:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
 2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:
 1. Núcleo de Cartório – NUCART;
 2. Núcleo de Operações – NO;
 3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
 4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
 6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
 7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
 8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
 1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
 2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
 3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
 1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
 2. Núcleo de Correições – NUCOR

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso no ano de 2010, disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja, informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso está estruturada em 05 (cinco) Unidades Operacionais, composta pela Sede em Cuiabá e por 04 (quatro) Delegacias de Polícia Federal em Barra do Garças; Cáceres; Rondonópolis e Sinop.

Mato Grosso é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado a oeste da região Centro-Oeste e a maior parte de seu território é ocupada pela Amazônia Legal. Tem como limites: Amazonas, Pará (N); Tocantins, Goiás (L); Mato Grosso do Sul (S); Rondônia e Bolívia (O). Ocupa uma área de 903.357 km² (novecentos e três mil trezentos e cinquenta e sete quilômetros quadrados), pouco menor que a Venezuela, sendo o terceiro maior estado da Federação. Sua capital é a cidade de Cuiabá. No estado encontramos três ecossistemas, no caso: o bioma do Pantanal; o bioma do Cerrado e o bioma Amazônico. Em razão das características geográficas do Estado de Mato Grosso, notadamente a fronteira de cerca de 900 (novecentos) quilômetros com a Bolívia, um dos maiores produtores mundiais de cocaína, bem como o fato de que a maior parte de seu território é ocupada pela Amazônia Legal, a Superintendência Regional priorizou o combate aos crimes de maior incidência no âmbito de nossa circunscrição, quais sejam o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e os crimes contra o meio ambiente.

Por outro vértice, apesar do estado de Mato Grosso possuir apenas 1,3 % (um vírgula três por cento) da população e 1,6 % (um vírgula seis por cento) do P.I.B. do Brasil e, por conseguinte, o repasse de verbas da União respeitar proporcionalmente este percentual, também se deu especial atenção ao combate aos crimes de corrupção e desvio de recursos federais/ fraudes a licitação.

No ano de 2010 deflagrou-se 18 (dezoito) “OPERAÇÕES ESPECIAIS”, assim denominadas aquelas que demandaram a utilização de técnicas especiais de investigação, resultando na desarticulação de Organizações Criminosas que causaram elevados prejuízos a União e a sociedade brasileira.

Quanto aos trabalhos ordinários da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso no ano de 2010, foram instaurados 205 (duzentos e trinta) Inquéritos Policiais decorrentes de prisões em flagrante delito, resultando nas prisões de 605 (seiscentas e cinco) pessoas.

Em números totais, considerando os trabalhos pró-ativos (operações de inteligência) e reativos (Inquéritos Policiais), foram instaurados 1876 (um mil oitocentos e setenta e seis) e relatados 2.594 (dois quinhentos e noventa e quatro) persecutórios, uma produtividade superior a 138 %.

Relativamente à opção deste Gestor no combate ao narcotráfico no estado de Mato Grosso, vale destacar que no ano de 2010, a Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso foi responsável diretamente da apreensão de 5.620 (cinco mil seiscentos e vinte) quilos de cocaína, entre as apreensões diretas e as chamadas ações controladas, onde se opta por realizar as apreensões em outros pontos do território afim de permitir a responsabilização de um número maior de pessoas envolvidas com a prática delitivas sobretudo quando se busca dismantelar organizações criminosas mais complexas, mantendo sua alta média de apreensão de entorpecentes, com pequena baixa com relação aos anos de 2008 e 2009, em que todo o Departamento de Polícia Federal apreendeu cerca de 41 toneladas de cocaína, apenas a Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso foi responsável direta/indiretamente pela apreensão de aproximadamente 10 toneladas de cocaína, cerca de 25% (vinte e cinco por cento) de toda apreensão da Polícia Federal.

No tocante à opção pelo combate aos crimes ambientais, a diminuição das áreas de desmatamento foi mais tímida que entre os anos anteriores, ainda assim, caiu cerca de 20%, com relação a 2009. Avaliando-se esse dado tendo o ano de 2000 como referência, em que o desmatamento apurado foi de 7145 quilômetros quadrados, os 828 quilômetros desmatados em 2010 representam uma diminuição de quase 89%, confirmando a efetividade das políticas de combate empregadas.

Já no combate a corrupção, no ano de 2010 foram desencadeadas 07 (sete) “Operações Especiais”, objetivando desarticular Organizações Criminosas especializadas em fraudes a licitação; estelionato previdenciário; corrupção (propriamente dita) e apropriação/desvio de recursos da União, resultando na prisão, infelizmente, de 71 (setenta e um) servidores públicos dos três entes Federativos (União, Estados e Municípios).

Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ: a escassez de efetivo, sendo que a situação é agravada no que concerne ao quadro de servidores da área-meio (servidores administrativos), além da pequena dotação orçamentária destinada a esta Regional e consequente escassez de recursos financeiros.

Planos e projetos para o exercício seguinte:

a) dar continuidade ao processo de aumento da quantidade de inquéritos relatados, diminuindo cada vez mais a demanda reprimida no âmbito da SR/DPF/MT e respectivas descentralizadas.

b) dar continuidade ao processo de diminuição da demanda reprimida de Laudos Periciais pendentes de conclusão.

c) dar continuidade ao processo de aumento da quantidade de cocaína apreendida.

d) dar continuidade ao processo de continuidade à realização de eventos de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/MT e descentralizadas.

e) dar prosseguimento às gestões em trâmite junto à Direção-Geral da Polícia Federal, de

modo a propiciar a continuidade dos serviços contratados por esta Unidade Gestora, bem como a viabilização das obras de reforma e construção necessárias a adequação das instalações desta Sede Regional e das respectivas descentralizadas.

f) dar continuidade a sistemática de realização de reuniões periódicas com as Chefias de todos os Núcleos, Setores e Delegacias da Regional e de suas descentralizadas.

g) dar continuidade a sistemática de realização de reuniões periódicas com o efetivo da Regional e das descentralizadas.

h) Manter o estreitamento das relações com os demais Órgãos das esferas federal e estadual.

Posto isto, esclarecemos que os dados estatísticos serão analisados de forma mais acurada no desenvolvimento deste Relatório, à luz da aplicação dos recursos disponibilizados à Unidade Gestora.

A- Conteúdo Geral

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal Estado do Mato Grosso			
Denominação abreviada: SR/DPF/MT			
Código SIORG: 00143	Código LOA: N/A		Código SIAFI: 200065
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(065) 3614-5600	(065) 33614-5602	(065) 3614-5508
E-mail: gab.srmt@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Rubens de Mendonça, n°. 1205, bairro Araés, Cuiabá-MT, CEP: 78.008-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988			
- Criação da SR/DPF/MT: Port. 087, de 24/01/79, DOU. 20 de 29/01/79. 1			
- Criação de DAS: Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 20/05/76			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
2000374	Departamento de Polícia Federal (TESOURO)		
2000375	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
2000374	Departamento de Polícia Federal (TESOURO)		
2000375	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200065		200374	
200065		200375	

1 - Criada como Posto pela Port. 259, de 29/02/68, BS. 028 de 08/03/68. Elevada para Divisão pela Port. 1.544, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/72. Extinta como Divisão pela Port. 827, de 25/10/79, BS. 208, de 30/10/79. Criada como Superintendência Regional pela Port. 087, de 24/01/79, DOU. 20, de 29/01/79. Ativada como Superintendência Regional através da Port. 827, de 25/10/79, BS. 208, de 30/10/79, quando da extinção da Divisão de Polícia Federal sediada em Cuiabá.

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas no artigo 144 da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório; Controle de Armas; Controle de Empresas de Segurança Privada; Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes; Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras; Identificação Criminal e Civil; Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório, Serviço de Estatística Criminal, Controle de Conflitos Fundiários, Representação Externa – INTERPOL, e de Proteção à Testemunhas.

Assim, a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

2.1.2) Objetivos estratégicos

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- Melhoria da Gestão

- . Combate à Corrupção;
- . Combate ao Narcotráfico;
- . Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente
- . Inserção Internacional.

Em razão do processo eleitoral realizado em 2010, foram priorizadas as atividades relacionadas à área de defesa institucional, dentro de uma estratégia voltada ao combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público, além do permanente combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.

Como objetivo estratégico geral enfatizou-se o combate ao tráfico de drogas, armas e munições.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Tendo como norte os objetivos estratégicos do Departamento de Polícia Federal, analisando os aspectos geográficos; econômicos e criminais do Estado de Mato Grosso, direcionou-se a Gestão da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso, visando à repressão aos crimes de narcotráfico; crimes ambientais (mormente desmatamento) e corrupção (agentes públicos e desvio de verbas públicas), não olvidando os outros crimes de competência de enfrentamento por parte da Polícia Federal.

Foi dada especial atenção aos 900 (novecentos) quilômetros de fronteira do Brasil com a Bolívia, priorizando-se o combate à criminalidade transnacional, controle migratório e interação com as Autoridades Bolivianas, particularmente a Polícia Nacional.

No tocante à estratégia de atuação na atividade fim do órgão, continuamos no ano de 2010 a priorizar o combate às várias organizações criminosas baseadas no estado de Mato Grosso, procurando desarticular todo núcleo criminoso quando do desencadeamento das “Operações Especiais de Inteligência”, principalmente com a prisão de agentes públicos e políticos integrantes destes grupos.

Especial atenção foi dada à produção da prova técnica (laudos periciais), visando robustecer o conjunto probatório de inquéritos policiais terminados na Regional. Tanto assim, que a produtividade do setor foi de mais de 103,07%, tendo em vista que foram solicitadas 2.081 novas perícias e expedidos 2.145 novos laudos técnicos.

Para consecução dos objetivos fins, procuramos a integração com outras instituições públicas, como o Ministério Público do trabalho, as Polícias Civil e Militar do Estado de Mato Grosso, a Receita Federal do Brasil; a Controladoria Geral da União; o Ministério do Trabalho e Emprego; o Ministério da Previdência Social; a Caixa Econômica Federal, o IBAMA, a FUNAI; dentre outras.

Relativamente às atividades meio, procuramos desenvolver ações de valorização e capacitação de servidores, continuando os trabalhos iniciados dos anos anteriores, sendo que conseguimos capacitar grande parte do efetivo de servidores administrativos.

Procuramos ainda racionalizar a aplicação dos recursos públicos, melhorando a qualidade dos gastos, sendo que o aumento do custeio da Unidade foi decorrente do aumento das ações operacionais da Unidade.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

A partir da indicação dos objetivos estratégicos apresentados pela Direção-Geral do DPF esta Regional realizou reuniões com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcançar aqueles objetivos. Dentre as alternativas pode-se destacar a melhoria na comunicação entre as chefias e destas com seus subordinados, via sistema informatizado “spark”, bem como sistema de pedido de informação, disponível aos chefes de Delegacias, visando acesso “on line” com o Setor de inteligência dessa Regional. O uso desse sistema, mais uma vez resultou na diminuição de gastos com combustíveis, diárias e oficina, e mais rapidez na conclusão das investigações.

Não olvidando a importância desta Regional no combate ao tráfico de drogas, por ser este Estado uma das portas de entrada de entorpecente no território nacional, entendeu-se que também seria necessário melhorar a atuação desta Regional no Combate à Corrupção e aos crimes contra o Meio Ambiente. Essas áreas foram reforçadas, tanto com pessoas como com equipamentos, desenvolvendo novas técnicas de investigação. O resultado desse direcionamento foi plenamente positivo, conforme demonstrado no quadro das Operações Policiais desenvolvidas no exercício de 2010.

A inserção internacional da Polícia Federal nas atividades de combate ao tráfico ilícito de drogas nos países limítrofes tornou-se de suma importância obrigando esta Regional a integrar-se entre o Estado Brasileiro e a Bolívia. Nesse sentido os acordos firmados entre o Brasil e a Bolívia, visando cooperação técnica, troca de informações e operativos conjuntos, inclusive com agentes de enlces atuando em ambos os Estados, repercutiram de forma positiva, restando comprovado o aumento das apreensões de cocaína, resultado da troca de informações com a Polícia Nacional da Bolívia.

Assim, temos evidente que o plano de ação desta Regional é plenamente positivo e eficiente face aos objetivos delineados.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8452		Denominação: Combate às fraudes de natureza previdenciária				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.						
Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves				Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	511,04	511,04		511,04	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	n/d	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						
Fonte: SIGPLAN						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a diárias e passagens descentralizadas, de forma extraordinária, para utilização em viagens vinculadas a cursos e encontros solicitados pela DPREV/CGPFAZ/DIREX.

2.3.1.2) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0181		Denominação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	11.879,08	11.879,08	-	11.879,08	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MT.						
Fonte: SIGPLAN						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a auxílio funeral concedido a servidor aposentado desta Superintendência Regional em junho de 2010.

2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					

	n/a	n/a	3.978.818,54	3.690.668,83	288.149,71	3.690.668,83
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício ²	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	72,00	Dado não disponível
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado						
Primeiramente, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo. Em razão das diferentes formas de incidência penal em questão, no geral, os inquéritos policiais instaurados por esta unidade tendem a serem concluídos dentro do prazo estabelecido nos normativos assim como no PPA, no entanto no âmbito do Estado do Mato Grosso há uma grande incidência de crimes fazendários e previdenciários que extrapolam os prazos considerados como ideais pelas unidades centrais. Destaca-se a diferença entre o prazo de conclusão do inquérito que trata de crimes de evasão de divisas, tráfico de pessoas, crimes cibernéticos, para os prazos dos crimes de radio pirata, flagrantes de entorpecente e cédula falsa, sendo que os primeiros podem demandar anos para suas conclusões, enquanto que os demais citados podem ser concluído em até 60 (sessenta) dias, de acordo com as informações colhidas entre os seus respectivos responsáveis.						
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (%)	31/12/2006	63,60	80,00	75,00	138%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
A Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso apresentou uma melhora considerável na diminuição das pendências de volumes de inquéritos.						
Fonte: SIGPLAN, SISCART e CTI						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A "Referência" e o "Índice previsto no exercício" informados são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a esta SR/DPF/MT.

³ O índice foi solicitado à CTI/DPF, porém o dado não chegou à esta SRMT

Os créditos orçamentários utilizados no programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade têm a finalidade de atender as ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da união e fiscalização e controle de empresas produtoras e que transportam e comercializam precursores químicos. Constatou-se um alto grau de execução dos valores destinados a este programa, sendo que a relação entre despesas liquidadas e empenhadas é de 92,76%.

No exercício de 2010, houve um contingenciamento de 40%, na atividade 2726, ou seja, Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens e Interesses da União o que dificultou o planejamento e execução, sendo que os valores foram descontingenciados no final do exercício.

2.3.1.3.1) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

O valor executado nesta ação foi de R\$ 94. 684,37 e relaciona-se a aquisição de materiais de informática somente adquiridos ao final do exercício.

Nesta ação observou-se uma quantidade significativa de restos a pagar, tendo em vista que a liberação do orçamento se deu no final do ano, sendo que, a partir disso, foram feitos processos licitatórios para aquisição de computadores para as bases operacionais. Entre a liberação

da verba, a licitação, a contratação da vencedora licitante, a entrega e conferência do material adquirido, deu-se o fim do exercício financeiro, entrando a quantia de R\$ 125.183,31, como restos a pagar não processados.

Na parte administrativa do controle de produtos químicos controlados em circulação no estado, foi realizado o credenciamento de empresas sujeitas a controle de produtos químicos gerando a seguinte estatística:

ATIVIDADES DO CONTROLE DE QUÍMICOS	2010
Empresas Fiscalizadas	2
Cadastrros Aprovados	73
Licenças Renovadas	218
Autorizações Prévias Emitidas - Exportação	-
Autorizações Prévias Emitidas - Importação	-
Autorizações Especiais Emitidas	-
Produtos Químicos Apreendidos (Líquido - L)	-
Produtos Químicos Apreendidos (Sólido - KG)	-
Valores Arrecadados – Taxas	R\$ 241.240,00
Valores Arrecadados - Multas	R\$ 4.150,00

Fonte: DRE/SR/DPF/MT.

2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

O valor executado nesta ação foi de R\$ 162.459,64 Em Mato Grosso, na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso.

Nesse sentido, durante o ano de 2010 foram realizadas diversas operações nos âmbitos de atuação do Departamento de Polícia Federal e suas diversas competências no campo de polícia repressiva e judiciária.

Cabe ressaltar que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecente, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações prejudiciais ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX). No ano em tela, ocorreu também o fornecimento de suprimento de caráter sigiloso em apoio à denominada Operação Sentinela, ocorrida neste Estado. No segmento de Inteligência Estratégica, no decorrer de 2010, visando apoiar as diversas operações ordinárias de toda a Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso, foram elaborados 061 Relatórios de Inteligência, incluídos neste quantitativo os Relatórios de Contra-inteligência; 044 Pedidos de Inteligência, incluídos neste quantitativo os Pedidos de Contra-inteligência; 008 Relatórios de Investigação Social; 151 Ofícios; e 189 Memorandos

Ainda apurou-se dificuldade com relação à material humano, visto que a carência nessa área é fato corrente dentro do âmbito do DPF, o que levou à superação do Servidores deste Núcleo na execução dos seus trabalhos.

2.3.1.3.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

O valor executado nesta ação foi de R\$ 3.596.491,22, sendo operacionalizada pelas delegacias DRCOR e DREX, com apoio técnico do SETEC e do Núcleo de Identificação (NID).

No âmbito da DRCOR, cabe relatar:

- O contingenciamento dos recursos financeiros e orçamentários para o custeio de diárias dos servidores dificultou as ações policiais e algumas, inevitavelmente, restaram-se prejudicadas.
- Celebração do Acordo de Cooperação Brasil-Bolívia – aumento da fiscalização e investigações de inteligência na região da cidade de Cáceres/MT e intercâmbio entre os dois Países, visando cooperação mútua, treinamentos e trocas de informações no combate ao tráfico de drogas e armas, bem como viabilizar acordos de extradição de traficantes refugiados na Bolívia.

No ano de 2010, o volume de cocaína - principal droga circulante no estado, apreendida ultrapassou o do ano anterior em mais de 300 quilos, demonstrando, a eficiência do trabalho e mantendo o combate ao tráfico de entorpecentes como uma das áreas de maior atuação da PF nesse estado.

A ação dessa unidade na repressão ao combate ao tráfico de drogas levou à apreensão de 5.620,7 toneladas de cocaína, sendo 3570,48 em território mato-grossense e outras 2.050,22 toneladas em outros estados da Federação no procedimento chamado ação controladas. Nesse caso, em que a investigação leva os policiais a aguardarem o melhor momento para a prisão a fim de localizar os chefes de quadrilhas especializadas e apreender maior volume de entorpecente.

As apreensões decorrentes de investigações em ação controlada cresceram cerca de quatro vezes, o que indica o sucesso na gestão e a necessidade de investimento na área de tendo em vista a evolução dos métodos de investigação e a conseqüente evolução dos grupos organizados para tentar burlar as leis existentes.

Das 10 maiores apreensões de cocaína feitas no país em 2010, duas foram realizadas em Mato Grosso e ultrapassaram uma tonelada em volume: região de Cáceres 1.404,56 quilos e região de Rondonópolis 1.185,24 quilos.

Segundo dados da Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes, o estado foi o segundo que mais apreendeu cocaína, ficando atrás apenas do estado de São Paulo.

No campo operacional, foram realizadas as seguintes três grandes operações especiais no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes.

- **Operação Re-volver** – Combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, com investigações que teve origem nos fatos investigados no âmbito da Operação Volver, deflagrada em julho de 2009.
- **Operação Araguaia** - Com o objetivo de desarticular uma organização criminosa voltada ao tráfico internacional de cocaína e maconha.
- **Operação Sentinela** – Coordenada pela DCOR/DPF, de âmbito nacional, empregando parte do efetivo desta Regional, interna e externamente, contando ainda com o apoio da Força Nacional de Segurança Pública, intensificou o combate ao Crime Organizado no Estado de Mato Grosso.

- Resultados
 - A) Entorpecentes – apreensões:**
 - 1) Cocaína – 3.570,48 toneladas, quantitativo mais de 300 quilos superior a 2009.
 - 2) Maconha – 909,26 quilos
 - 3) Haxixe – 140 quilos, sendo a unidade que mais apreendeu este tipo de droga no país.
 - 4) Ecstasy - 67 comprimidos
 - 5) 268 inquéritos instaurados
 - B) Lavagem de dinheiro**
 - 1) 75 inquéritos instaurados
 - 2) Valores apreendidos/bloqueados: R\$ 58.000.000,00
 - C) Crimes contra o patrimônio:** 52 inquéritos instaurados.
 - D) Armas e munições**
 - 1) 55 inquéritos instaurados
 - 2) 231 armas apreendidas
 - 3) Mais de 27.000 munições de diversos calibres apreendidas
 - 4) Registro de armas novas e renovações de registros: 20019
 - 5) Portes de Armas Deferidos: 87

No ano de 2010, deu-se continuidade à Operação Sentinela, mediante a substituição freqüente das equipes na região fronteira. Em todas as fases, os trabalhos desenvolvidos ensejaram a execução de barreiras fixas e móveis na área de fronteira, otimizando a presença ostensiva. Inúmeros carros, ônibus e caminhões foram abordados e pessoas revistadas, diuturnamente e em horários distintos, justamente para surpreender possíveis traficantes. Além disso, diversas mercadorias sem documentação comprobatória de sua regular entrada no país foram apreendidas e, imediatamente, encaminhadas à Receita Federal para as providências pertinentes.

Os resultados práticos das ações da Operação Sentinela encontram-se em planilha no Anexo IX.

A Operação Sentinela recebeu ainda recursos oriundos diretamente do Ministério da Justiça, através do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, cujo detalhamento encontra-se no item em referência.

Já no âmbito da Delegacia Regional Executiva – DREX é oportuno pontuar:

- Tal qual observado na Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR, o contingenciamento de recursos determinado pelo Governo Federal também atingiu DREX-SR/DPF/MT, limitando especialmente a realização de missões que demandavam gastos extraordinários e/ou viagens ao interior do estado e fora dele. A redução de recursos atingiu também as ações de polícia administrativa deflagradas por Delegacias vinculadas à DREX, reduzindo, sobretudo, o número de fiscalizações a bancos e empresas de segurança instaladas em zonas distantes daquelas onde estão estabelecidas as respectivas Delegacias. Contudo os impactos foram minimizados tanto na atuação de polícia judiciária quanto na de polícia administrativa mediante a reorganização operacional daquelas missões, ora abreviando-se o tempo de duração, ora priorizando a adoção de ações de maior impacto na criminalidade, ou daquelas

cujo adiamento poderiam comprometer a eficiência e eficácia do trabalho policial. Dessa forma, foi possível alcançar resultados satisfatórios tanto nos procedimentos fiscalizatórios quanto no combate a crimes federais.

- Visando otimizar a utilização do baixo efetivo, tanto policial quanto administrativo, foram realizadas novos remanejamentos de pessoal em todas as Delegacias e Núcleos subordinados a DREX, sempre visando as ações prioritárias antes mencionadas.
- Atendendo demanda antiga da Infraero, que solicitava incremento do número de policiais federais no Aeroporto Internacional Marechal Rondon em Várzea Grande, foi organizado o serviço de plantão inclusive com a adequação das instalações existentes e aumento das vagas destinadas às viaturas em serviço. Além disso, reforçando o efetivo policial naquele aeroporto, foram trazidos policiais das unidades do interior em missão para cumprimento das escalas de plantão.
- A DREX fez gestões internas e externas no sentido de buscar a capacitação de seus servidores, e em atuação conjunta e sinérgica com os demais setores da unidade, participou de cursos de utilização de equipamentos sensíveis, técnicas operacionais, direção defensiva, defesa pessoal, operação de fuzil, dentre outros.
- Foram realizadas diversas reuniões com representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público (Federal e Estadual) visando aperfeiçoar as ações comuns àquelas instituições. Numa das ações, os servidores do Núcleo de Identificação da Superintendência Regional forneceram treinamento no sistema SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais, aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Além da capital, foram realizadas capacitações em Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, Barra do Garças e Cáceres.
- Buscando promover uma visão multifacetada da Segurança Pública bem como incrementar o inter-relacionamento institucional e a redução de entraves no combate à criminalidade, foram realizadas reuniões com os dirigentes de órgãos e agências federais, em especial da Agência Nacional de Telecomunicações, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria da Receita Federal, Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Fundação Nacional do Índio, dentre outros.
- Foram promovidas reuniões constantes com o efetivo, aumentando a reprodução das ideias e rumos traçados pela Administração, bem como a adesão aos projetos por ela implementados. Aumentou-se ainda o “feed-back” dos servidores, possibilitando a redução da insatisfação funcional, tanto pessoal quanto coletiva.
- A DELINST participou ativamente do gerenciamento das eleições 2010, definindo estratégias para evitar e combater crimes eleitorais no período. Em relação ao ano de 2006, o índice de incidência de crimes diminuiu cerca de 40 por cento, em função do trabalho preventivo e da distribuição de policiais por todo o estado.
- Em atendimento às metas do órgão central, empenhou-se esforço de todo o efetivo na redução do número de inquéritos policiais em todas as delegacias afetas à DREX.
- Conquanto trate-se de missão sazonal e de caráter extraordinário, ressaltamos que todos os policiais federais tiveram suas férias suspensas, nos meses de outubro e novembro, o que permitiu auxiliar o Tribunal Regional Eleitoral na segurança ao pleito eleitoral de 2010 com efetivo policial recrutado dentro do próprio Estado, o que permitiu resultados satisfatórios, motivo de elogios por parte do Tribunal e dos juízes eleitorais do interior do Estado.
- Os resultados alcançados pelas diversas delegacias e setores vinculados à DREX estão apresentados no Anexo VI.

O Setor Técnico Científico (SETEC), responsável pelas perícias criminais, com uma representação na Delegacia de Rondonópolis e outra na Delegacia de Sinop, apresentou os

seguintes resultados relacionados a solicitações de exames e produção de Laudos:

SOLICITAÇÕES DE EXAMES EM 2010*				
Área de Exame	SETEC/MT	Utec/ROO	Utec/SIC	TOTAL
Perícias Contábeis e Econômicas	53	9	37	99
Perícias Contábeis e Financeiras	4	0	3	7
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	35	18	5	58
Perícias de Balística Forense	59	6	28	93
Perícias de Biometria Forense	0	1	0	1
Perícias de Engenharia	19	14	3	36
Perícias de Genética Forense	1	0	1	2
Perícias de Informática	182	7	8	197
Perícias de Laboratório	226	52	31	309
Perícias de Local de Crime	29	13	11	53
Perícias de Medicina Legal	1	0	1	2
Perícias de Meio Ambiente	239	11	135	385
Perícias de Veículos	119	13	47	179
Perícias Documentoscópicas	317	81	207	605
Perícias em Bombas e Explosivos	1	0	0	1
Perícias Merceológicas	42	10	2	54
TOTAL	1.327	235	519	2.081
* - Exceto as solicitações de exames papiloscópicos				

LAUDOS EMITIDOS EM 2010*				
Área de Exame	SETEC/MT	Utec/ROO	Utec/SIC	TOTAL
Perícias Contábeis e Financeiras	76	8	18	102
Perícias de Audiovisual e	21	10	1	32
Perícias de Balística Forense	74	5	28	107
Perícias de Biometria Forense	3	1	0	4
Perícias de Engenharia	24	8	10	42
Perícias de Informática	252	1	32	285
Perícias de Laboratório	360	31	26	417
Perícias de Local de Crime	26	9	9	44
Perícias de Meio Ambiente	177	11	134	322
Perícias de Veículos	118	19	61	198
Perícias Documentoscópicas	290	87	164	541
Perícias Merceológicas	39	9	3	51
TOTAL	1.460	199	486	2.145
* - Exceto os laudos de exames papiloscópicos				

Após a mensuração dos resultados apresentados, observa-se que as unidades de criminalística do Departamento de Polícia Federal no Estado apresentaram a relação de 77,07 solicitações de exames periciais por perito e 79,4 laudos por perito, perfazendo uma produtividade em 2010 de 103,8% (79,44 / 77,07), conforme quadros abaixo:

Solicitações e Peritos	2010
-------------------------------	-------------

1- Solicitações de Exames	2.081
2 - Número de Peritos no Estado de Mato Grosso	27
Número de Solicitações por Perito (1 / 2)	77,07

Laudos e Peritos	
	2010
1- Laudos Emitidos	2.145
2 - Número de Peritos no Estado de Mato Grosso	27
Número de Solicitações por Perito (1 / 2)	79,44

Ademais, considerando que as solicitações de exames periciais, bem como os laudos emitidos fazem parte da persecução criminal no levantamento e produção da prova material, entende-se salutar relacionar o número de inquéritos policiais instaurados em contrapartida às solicitações de exames periciais protocoladas na criminalística, assim percebe-se que em 2010 dos 1847 inquéritos instaurados no Estado, houve uma demanda de 2081 solicitações de exames no mesmo período, conforme quadro abaixo:

Relação Solicitações de Exames Periciais x IPL Instaurados no ESTADO		
	2009	2010
Solicitações de Exames Periciais (SETEC + UTE/ROO + UTEC/SIC)	1.745	2.081
IPL Instaurados (SR + ROO + CAE + BRG + SIC)	2.272	1.847
Relação (n° de SOLICITAÇÕES de Exames dividido pelo n° de IPL instaurados)	77%	113%

Por fim, é relevante ressaltar que a chefia do Setor Técnico-Científico desta Superintendência adotou a metodologia de distribuição uniforme das solicitações de exames entre as três unidades de criminalística, garantindo assim a equanimidade de carga de trabalho entre todos os Peritos Criminais lotados no Estado.

Já o Núcleo de Identificação - NID, que não consta formalmente na estrutura desta SR, realizou as seguintes atividades:

ATIVIDADES DO NID/MT	2010
Identificação	308
Emissão de folhas antecedentes criminais	10550
Inclusão de informações criminais	30695
Consultas de informações criminais	147574
Laudos Periciais	41
Informações Técnicas	69
Alterações/Consistência (SINIC)	17001

As informações da tabela acima somam várias formas de identificação: criminais, de estrangeiros, passaportes e funcionais. Já as folhas de Antecedentes destinam-se ao atendimento de vários serviços: concursos, serviços públicos, composição de peças judiciais, outros. Quanto aos

lançamentos e consultas de informações em sistemas criminais incluem os oriundos de inquiridos do próprio Departamento de Polícia Federal e da Polícia Judiciária Civil do Estado, além das decisões judiciais estaduais e federais.

Não há metas estabelecidas para esse setor especificamente. Metas estabelecidas para o SETEC incluem o NID/MT. Com a falta de servidores no interior, há acúmulo de documentos aguardando providências, já são atendidas as demandas da SR/DPF/MT e das Delegacias do interior.

Durante o ano de 2010 os papiloscopistas lotados no NID também foram escalados em plantões da Superintendência Regional, cumprimentos de mandados em deflagrações de operações especiais e aturam também no serviço de corregedoria como sindicantes e componentes em Processos Administrativos.

2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Não houve gasto nessa ação no exercício de 2010.

Os treinamentos realizados por servidores da Polícia Federal em Mato Grosso foram os fornecidos pelos Órgãos Centrais e apenas diárias e passagens foram custeadas pela Superintendência Regional em Mato Grosso.

As despesas com locomoção e passagens para tais capacitações estão alocadas nas ações Administração da Unidade. Ainda foram capacitados mediante cursos a distância, conforme tabela abaixo.

Cursos EAD-SENASP/ANP

MÊS	CICLO	Nº PARTICIPANTES
Janeiro	18º	34
Julho	19º	35
Dezembro	20º	60
TOTAL		129

2.3.1.4) Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Gestão	Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
200374	n/a	n/a	5.887.823,79	5.496.512,81	391.310,98	5.496.512,81
200375	n/a	n/a	18.561,26	18.561,26	0,00	18.561,26
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						

n/a
Análise do Resultado Alcançado
n/a
Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal. A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional.

Com a finalidade de aprimorar os controles existentes, nos contratos executados na SRMT, foi desenvolvido o Sistema para Controle de Faturas do Serviço de Telefonia, que possibilitou o pagamento de valores incorretos de pagamentos de serviços de telefonia. O aplicativo de Controle de Faturamento de Telefonia permitiu que fosse comparado o valor tarifado pela empresa de telefonia de cada serviço e cada ligação efetuada. Verificou-se que a prestadora errava, tanto para mais quanto para menos nos valores tarifados em função da tabela de cálculo que utilizada. Desta forma, o percentual apresentado é uma relação entre o valor corrigido (após a conferência possibilitada pelo software) e o valor cobrado (faturado) inicialmente pela empresa de telefonia.

No que se refere às dotações orçamentárias destinadas a esta UG verifica-se que estas são insuficientes tendo em vista as atividades que a Polícia Federal tem que desenvolver. Este fato termina impactando de forma negativa as atividades operacionais principalmente nas fronteiras com a Bolívia.

2.3.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 122R		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça.						
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.						
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro				Responsável: n/d		
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Gestão	Dotação¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
200375	n/a	n/a	817.691,84	817.691,84	0,00	817.691,84
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						
Fonte: SIGPLAN						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A Superintendência Regional em Mato Grosso executou recursos da Ação 8979 no valor de R\$17.691,84, sendo referente às instalações da rede elétrica no setor de atendimento ao público do andar térreo, onde funciona a DELEMIG/SR/MT. As reformas foram executadas mediante dispensa de licitação, feito pela empresa APOLUS ENGENHARIA LTDA.

Já os R\$ 800.000,00, foram utilizados na aquisição do terreno adjacente à Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso, na ação 122R por processo de Dispensa de Licitação, conforme Art.24, X da Lei 8.666/93. A execução foi feita mediante Contrato de Aquisição por Compra e Venda, firmado em 26.10.2010 sob nº 04997.000994/2010-20 – da Secretaria de Patrimônio da União em Mato Grosso.

2.3.1.6) Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social						
Gerente: Ronaldo Teixeira da Silva				Responsável: n/d		
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Gestão	Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
200374	n/a	n/a	782.069,70	705.017,34	77.052,36	705.017,34
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre a população da amostra que se sente segura nos territórios de descoesão social em determinado período de tempo e o total da população da amostra, segundo a fórmula: Índice de sensação de segurança = (Pessoas que se sentem seguras/Total de pessoas da amostra X 100).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MS.						
2	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (Óbitos por homicídio/População estimada no ano) X 100.000						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MS.						
3	Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

	(1/100.000 habitantes)				
Fórmula de Cálculo do Índice					
Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12 meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000).					
Análise do Resultado Alcançado					
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MT.					
Fonte: SIGPLAN					

As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.6.1) Ação 8375 – Campanha de Desarmamento

O valor empenhado nesta ação destinou-se a promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo, sendo R\$ 6.394,72 pagos e R\$ 4.200,00 ficando como resto a pagar.

- Armas Entregues: 190
- Valores Pagos em Indenização: R\$ 10.954,72

2.3.1.6.2) Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

O valor empenhado nesta ação, originada de crédito extraordinário, foi de R\$ 771.474,98 auxiliando o enfrentamento ao crack e outras drogas mediante o custeio e manutenção de operações na fronteira (viagens, material e serviços), o que auxiliou no andamento dos trabalhos diante da restrição orçamentária. Foram liquidados R\$ 698.622,62, restando a pagar no exercício seguinte R\$ R\$ 72.852,86.

Nesta rubrica foram executados valores destinados ao custeio da Operação Sentinela, oriundos diretamente do Ministério da Justiça. Foram executados R\$ 358.910,67 no pagamento de diárias, R\$ 287.742,19 em material de consumo, principalmente combustível; R\$ 115.343,75 em serviços de manutenção de viaturas e R\$ 9.478,37 no pagamento de passagens de servidores.

Os resultados práticos das ações da Operação Sentinela encontram-se em planilha no Anexo X.

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2011
200374	09	271	0087	8452	A	n/d	Inquérito Instaurado	40	n/a	n/a
	09	272	0089	0181	OP	n/d	Pessoa beneficiada	8416	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Servidor Beneficiado	n/a	n/a	n/a
	06	422	1453	20EV	A	n/d	n/d	n/a	n/a	n/a
	06	422	1453	8375	A	n/d	Indenização paga (unidades)	n/a	n/a	n/a
200375	06	125	0662	2679	A	n/d	Documento emitido (unidade):	34.564	n/a	n/a
	06	183	0662	2720	A	n/d	Ação realizada (unidade):	n/a	n/a	n/a
	06	181	0662	2726	A	n/d	Operação realizada (unidade):	n/a	n/a	n/a
	06	128	0662	4572	A	n/d	Servidor	n/a	n/a	n/a

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2011
							capacitado (unidade):			
	06	122	0750	2000	A	n/d	Servidor Beneficiado	n/a	n/a	n/a
	06	181	1353	8979	A	n/d	Unidade Reformada	n/a	n/a	n/a
	-	-	-	122R	A	n/d	Terreno adquirido	n/a	n/a	n/a

Fonte:SIGPLAN

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

Tendo em vista que a SR/DPF/MT atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, nos subitens do item 2.3.1.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Federal	30108	200374
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200375

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200374	2000	-	-	5.868.441,22
			0181	11.879,08	-	-

		20EV		-	771.474,98	
		8375		-	10.594,72	
		8452		-	511,04	
		200375	2000		-	18.561,26
			2679		-	57.081,94
			2726		-	3.433.524,82
			2720		-	148.959,14
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-			
	Recebidos	200374	Não disponível	19.382,57		
		200375	122R		800.000,00	
			2679		162.785,74	
			2720		13.500,50	
			2726		162.966,40	
			8979		17.691,84	
Movimentação Externa	Concedidos	-				
	Recebidos	-				
Fonte: SIAFI Gerencial						

A SR/DPF/MT somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora sendo que para a rubrica investimentos foi recebido R\$ 376.327,05.

Deste montante, R\$ 278.451,47 foram para a reforma do telhado da Superintendência, sendo o restante investido em computadores e um grupo gerador.

No que se refere às despesas correntes estas totalizaram R\$ 10.309.149,12 no exercício de 2010. Este montante é suficiente apenas para atender o pagamento de diárias e dos contratos já assinados com seus fornecedores, sem ampliação, não atendendo assim a demanda existente tanto de novos contratos como de aditivos para os já existentes.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200374				Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2009	2010	2009	2010	
Licitação			-	-	-
Convite			-	-	-
Tomada de Preços					
Concorrência					
Pregão	3.527.121,96	2.973.999,74	3.467.608,47		2.622.525,25
Concurso					
Consulta					
Contratações Diretas					
Dispensa	1.817.444,35	1.991.091,38	1.811.784,84		1.891.739,71
Inexigibilidade	93.107,24	62.478,82	93.107,24		51.055,24
Regime de Execução Especial					
Suprimento de Fundos					
Pagamento de Pessoal	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Pagamento em Folha ¹	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Diárias		511.455,25			
Outras	574.234,27	1.125.265,74	571.481,30		1.636.720,99

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200375				Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2009	2010	2009	2010	
Licitação					
Convite					
Tomada de Preços	50.479,07	34.192,14	50.479,07		8.953,43
Concorrência	679.503,29		679.503,29		

Pregão		262.911,00		262.911,00
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	20.500,00	846.340,84	20.500,00	846.340,84
Inexigibilidade	10.359,97			
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	454.786,29	651.533,00	454.786,29	651.533,00
Pagamento de Pessoal	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Pagamento em Folha	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Diárias		2.972.394,70		2.972.394,70
Outras	2.409.239,04	47.699,96	2.409.239,04	47.699,96
Fonte: SIAFI Gerencial				

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Observa-se um incremento nos recursos utilizados em diárias, ocasionado em parte, pelo aumento do seu valor.

Já o incremento apresentado no item “Outras” refere-se, basicamente, às diversas remoções com ajuda de custo concedidas aos servidores participantes do concurso de remoção ocorrido em meados de 2010.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
08 - Outros benefícios assistenciais		11.879,08		11.879,08			11.879,08	
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
14 – Diárias pessoal Civil	118.390,05	511.455,25	118.390,05	511.455,25		6.113,60	118.390,05	511.455,25
30 – Material de Consumo	1.156.311,47	879.582,54	952.359,10	791.827,98	203.952,37	87.754,56	952.359,10	791.827,98
33 – Passagens e despesas com locomoção	356.240,42	324.090,05	303.438,06	270.289,85	52.802,36	53.800,20	303.438,06	270.289,85
37 – Locação de Mão-de-Obra	2.107.402,54	1.971.599,73	1.977.219,36	1.911.046,15	130.183,18	60.553,58	1.950.801,05	1.911.046,15
39 - Outros serviços de Terceiros – Pessoa	2.059.776,27	1.869.231,16	1.744.598,27	1.613.207,93	315.178,00	256.023,23	1.740.938,67	1.613.207,93

Jurídica.								
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	9.049,37	5.959,00	9.049,37	5.959,00			9.049,37	5.959,00
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	158.092,15	124.858,24	157.896,60	124.858,24			157.039,18	124.858,24
93 – Indenizações e Restituições	291.661,29	964.245,99	252.686,28	960.045,99	38.975,01	4.200,00	250.986,28	960.045,99

Fonte: SIAFIGerencial

Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200375							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
14 – Diárias pessoal Civil	2.393.907,74	2972394,7	2.393.907,74	2.972.394,70	-	-	2.393.907,74	2.972.394,70
30 – Material de Consumo	298.706,21	398.974,07	298.706,21	398.974,07	-	-	298.706,21	398.974,07
36 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	30.814,45	60.423,33	30.814,45	60.423,33	-	-	30.797,95	60.423,33
39 - Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	134.813,70	192.984,04	134.813,70	192.984,04	-	-	134.813,70	192.984,04
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	4.000,00	1.986,89	2.103,17	1.986,89	.896,83	-	2.103,17	1.986,89
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	7.387,13	31.364,13	7.387,13	31.364,13	-	-	7.387,13	31.364,13

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200374							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010

4 - Investimentos								
52 – Eq. Mat. Permanente	622.649,73	19.382,57	496.270,73	13.350,80	126.379,00	6.031,77	461.175,64	13.350,80
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200375							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-		-	-	-	-	-	-
51 – Obras e instalações	2.708.703,30	51.883,98	742.482,36	26.645,27	742.482,36	25.238,71	1.966.220,94	26.645,27
52 – Eq. Mat. Permanente	14.652,90	305.060,50	14.652,90	42.149,50	14.652,90	262.911,00		42.149,50
61 – Aquisição de Imóveis		800.000,00		800.000,00				800.000,00
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

No que se refere a investimentos relacionados a obras e instalações tivemos sérias dificuldades na medida em que a empresa contratada para realizar a obra de construção da Delegacia de Cáceres, em março abandonou a obra, gerando diversas medidas administrativas para uma nova licitação o que comprometeu a execução do orçamento estimado na ordem de 4,5 milhões de reais aproximadamente, sendo esse fato extremamente prejudicial à atividade operacional, haja vista que a estrutura existente não comporta adequadamente as demandas da unidade.

As unidades em Barra do Garças e Rondonópolis também necessitam de pequenos investimentos para adequar a estrutura às suas necessidades, haja vista que o depósito da primeira apresenta infiltrações e um galpão na segunda foi destinado para ampliação da Unidade Técnico-Científica, exigindo adaptações.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinidades de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos institucionalizados.

Para resolver os problemas acima expostos, a Direção Geral contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV – para mapear os processos da instituição e estabelecer indicadores de desempenho para todo do Departamento visando a elaboração de uma instrução normativa para definir os métodos e os responsáveis para gerenciar cada indicador.

O mapa estratégico mencionado na informação acima encontra-se no Anexo VI.

A fim de minimizar tal carência, esta Superintendência Regional possui um plano de metas próprio, que se encontra apresentado no Anexo XI.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 (conforme orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação no Sistema Integrado de Administração Financeira.

3.2) Análise Crítica

Nada a ser analisado.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - 200374				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	67.925,97	2.200,18	65.725,79	
2008	3.147,23	3.147,23		
2007	636,97	636,97		
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	867.469,92	133.348,61	719.721,31	14.400,00
2008	19.556,71	18.056,71	1.500,00	
2007				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG – 200375				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	16,50	16,50	-	-
2008	25.443,79	25.443,79		
2007				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.968.117,77	1.896,83	371.541,24	1.594.679,70
2008				
2007				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2) Análise Crítica

No que se refere aos restos a pagar verifica-se que ocorreu um acréscimo nos montantes inscritos no ano de 2009 na UG 200374. O referido acréscimo decorre em parte devido às medições das tarifas de prestação de serviços das operadoras de telefonia estarem em desacordo com o contratado, situação que perdurou por todo o ano, gerando, apenas esse contrato, o resto de cerca de 70% do valor pendente de pagamento.

Já o montante de R\$ 1.968.117,77, inscrito na UG 200375, refere-se ao contrato

rescindido com a empresa **Salomão Engenharia e Construção**, CNPJ: 02.404.192/0001-27. O contrato foi rescindido unilateralmente pela Administração após o abandono da obra da Delegacia de Polícia Federal em Cáceres.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

<i>Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010</i>				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		343	58	6
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		4		
1.4.2 Removidos			4	58
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	4	4		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	24	23		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	28	374	62	64

Fonte: SIAPE; Extrator de Dados SIAPE e DW-SIAPE

Obs.: não consta publicação com lotação autorizada, exceto nos casos dos cargos de Direção e Assessoramento Superior e Funções Gratificadas, cujos quantitativos são os constantes do Decreto 6.061/2007.

<i>Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010</i>					
Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	81	191	59	12	

1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		1	3		
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		3	1		
2.3. Funções gratificadas	3	15	3	1	

Fonte: SIAPE; Extrator de Dados SIAPE e DW-SIAPE

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					28	314			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						4			
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4			
2.3. Funções gratificadas					5	19			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE; Extrator de Dados SIAPE e DW-SIAPE

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	43	2
1.1 Voluntária	33	2
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	10	
1.4 Outras		
2 Proporcional	7	
2.1 Voluntária	5	
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	2	
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE; Extrator de Dados SIAPE e DW-SIAPE

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
--	-------------------------------	----------------------------

1. Integral	12	0
2. Proporcional	0	0
Fonte: SIAPE; Extrator de Dados SIAPE e DW-SIAPE		

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	27	28	27	28	213.106
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	16	16	13	15	60.527

Fonte: SIAPE; Extrator de Dados SIAPE e DW-SIAPE

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

<i>Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.</i>								Valores em R\$ 1,00	
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total	
		Retrocessos	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis		
Membros de poder e agentes políticos									
2008	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
2009	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
2010	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão									
2008	24.585.514	2.870	2.146.977	865.566	34.368	8.730	481.998	28.126.023	
2009	31.783.630	1.964	2.700.831	1.013.220	10.325	39.773	616.679	36.166.422	
2010	34.853.278	3.401	2.883.761	1.078.727	11.585	159.530	1.358.893	40.349.175	
Servidores com Contratos Temporários									
2008	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
2009	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
2010	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença									
2008	154.534	-	12.993	4.838	-	-	2.427	174.792	
2009	160.048	-	13.369	4.456	-	-	718	178.591	
2010	205.530	-	25.384	4.990	-	588	608	237.100	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial									
2008	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
2009	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
2010	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
Servidores ocupantes de Direção e Assessoramento Superior									
2008	752.455	65.868	92.124	26.853	-	-	8.922	946.222	
2009	983.544	81.957	80.629	33.165	-	-	12.824	1.192.119	
2010	768.754	73.699	73.699	14.984	-	594	15.650	947.380	

Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2.493.998	60.367	191.052	85.816	2.837	-	34.423	2.868.493
2009	3.073.447	74.438	281.964	120.201	1.020	-	41.154	3.592.224
2010	3.442.779	76.584	295.283	123.953	1.140	984	110.272	4.050.995

Fonte: SIAPE; Extrator de Dados SIAPE e DW-SIAPE,

Obs.: Não foram incluídos os valores referentes a Assistência Médica nos exercícios de 2008 e 2009, bem como o período de janeiro a julho de 2010, pois não eram pagos via SIAPE, e sim por ordem Bancária pela UG Centralizadora de Pagamento em Brasília/DF.

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva															
Unidade Contratante															
Nome: SR/DPF/MT															
UG/Gestão: 200065/200354						CNPJ: 00.394.494/0028-56									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
004	L	O	P	07.116.584/0001-04	27.01.2010	27.04.2011		28							A
014	V	O	A	04.667.389/0001-84	11.09.2010	10.09.2011		17							A
013	V	E	A	06.145.774/0001-97	14.04.2010	10.09.2010		17							E

Observação: Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Dados fornecidos pela Chefe do SELOG/SR/MT – Ana Maria de Sousa, Mat 3767.

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra															
Unidade Contratante															
Nome: SR/DPF/MT															
UG/Gestão: 200041/200354						CNPJ: 00.394.494/0028-56									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
	1	O	011	10.858.713/0001	28.06.10	28.06.10		10	10						A

2010				44									
2009	1	O	012	05.924.588/0001-93	03.04.10	02.04.11			7	7			A

Observação: Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Dados fornecidos pela Chefe do Setor de Administração e Logística – Ana Maria de Sousa, Mat 3767

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
004/2009	3	1	SR/DPF/MT
	2	3	SR/DPF/MT
	2	1	DPF/CAE
	2	1	DPF/BRG
	2	1	DPF/ROO
	2	1	DPF/SIC
	7	9	SR/DPF/MT
	7	2	DPF/CAE
	7	3	DPF/BRG
	7	3	DPF/ROO
	7	3	DPF/SIC
011/2010	1	10	SR/DPF/MT
012/2009	1	04	DELEMIG/SR/DPF/MT
	1	1	DPF/CAE
012/2010	1	1	DPF/BRG
	1	1	DPF/ROO
013/2009 014/2009	8	07	SR/DPF/MT
	8	04	DPF/CAE
	8	02	DPF/BRG
	8	02	DPF/ROO
	8	02	DPF/SIC

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;

- 8. Vigilância Ostensiva;
- 9. Outras.

Fonte: Dados fornecidos pela Chefe do Setor de Administração e Logística – Ana Maria de Sousa, Mat 3767

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- **Absenteísmo:** Durante o ano de 2010, ocorreram 3.577 dias de ausências por Licença para Tratamento de Saúde.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Não houve no exercício.

- Rotatividade (turnover)

Ocorreu durante o ano o ingresso de 45 servidores, em virtude de nomeação (ingresso). Foram removidos para unidades do Departamento de Polícia Federal fora do Estado 58 servidores e 4 dentro do Estado remoções e 06 servidores foram exonerados por vacância.

- Educação Continuada

Informação sob a responsabilidade do T & D, presente no item 2.3.1.3.4.

- Satisfação e Motivação

Instituição da Atividade Física obrigatória, IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010.

- Disciplina

O acompanhamento disciplinar está a cargo da COR/SR/MT que apresentou a seguinte estatística:

Tipo	SR/DPF/MT	DPF/BRG/MT	DPF/CAE/MT	DPF/ROO/MT	DPF/SIC/MT	Total
Sindicância Investigativa	17	02	05	01	03	28
Sindicâncias Punitiva*	0	0	0	0	0	0
Processos Disciplinares	10	0	0	0	0	10
Total de procedimentos instaurados	27	02	05	01	03	38

* Não se instaura com a nomenclatura.

- Desempenho funcional

Há avaliação de desempenho funcional distribuídos desta forma:

- 1) Policiais: Avaliação de Estágio Probatório e Avaliação para fins de promoção;
- 2) Administrativos: Avaliação de Estágio Probatório, Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho e Avaliação para fins de Promoção.

- Níveis Salariais

a) Policiais: 4 Níveis Salariais (Terceira, Segunda, Primeira e Especial), conforme Lei 11.358 e Decreto 7004, de 23/11/09;

b) Administrativos: Divididos em Classes e Padrões (A, B, C e Especial), conforme Lei 10.682 e

Decreto 84.669/80.

-Demandas Trabalhistas

Em virtude das relações de trabalho terceirizadas, a Superintendência Regional em Mato Grosso foi responsabilizada subsidiariamente em 03 processos trabalhistas pelos empregados das fornecedoras abaixo descritas:

- 1) **Souza e Filhos Ltda**, CNPJ: 00.394.494/0028-56. O contrato foi rescindido, pois a prestadora pediu rescisão contratual por falência. O valor de R\$ 30.991,64 (trinta mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos) foi depositado em conta judicial conforme decisão constante do processo 01.287.2009.001.23.00-2.
- 2) **Instituto Idheas**, CNPJ: 08.720.141.0001-90. O contrato foi rescindido por decisão judicial, após fechamento da fornecedora em virtude de fatos investigados no âmbito da Operação Hygeia, ainda em curso nesta Superintendência Regional de Polícia Federal. O valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) decorrente da prestação de serviços foi depositado em conta judicial, conforme decisão informada no Ofício nº. 809/2010-Tribunal Regional do Trabalho – 23º Região.
- 3) **Salomão Engenharia e Construção**, CNPJ: 02.404.192/0001-27. O contrato foi rescindido unilateralmente após abandono da obra da Delegacia de Polícia Federal em Cáceres pela prestadora. O valor de R\$ 176.828,84 (cento e setenta e seis mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos) foi depositado judicialmente com fito na decisão judicial mencionada no Ofício 076/2010-Tribunal Regional do Trabalho – 23º Região.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

Esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

Não se aplica, tendo em vista que esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV
Encontra-se apresentada no Anexo I.

8. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

8.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1		3		5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	1	2	3	4	5
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: a UJ utilizou a pesquisa qualitativa baseada na observação para analisar e julgar as assertivas apresentadas.					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<i>Adoção do papel reciclado; Convênio com cooperativa de catadores de papel para reciclagem.</i>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	<i>Serviços de obras e reformas com inclusão de cláusula de conformidade ambiental.</i>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	<i>Ainda não é possível avaliar, pois aumentaram as pessoas em circulação</i>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<i>Papel reciclado.</i>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	<i>n/a</i>				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<i>Foram feitas Dispensas de Licitação para recargas de cartuchos de impressão, o papel está sendo encaminhado à reciclagem</i>				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	<i>n/a</i>				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	<i>Carbono Neutro (plantio de árvores)</i>				
<i>Considerações Gerais:</i> O questionário foi respondido conjuntamente pelas responsável pelo setor de licitações e contratos e comunicação social, o qual tem conhecimento da maioria dos processos de contratações realizados e da política de comunicação institucional, inclusive das campanhas da qual o DPF participa.					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p><i>Níveis de Avaliação:</i></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

10.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF MT	3	3
	Cuiabá	2	2
	Rondonópolis	1	1
Total (Brasil)		3	3

Fonte:SPIUNET

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso utiliza ainda os imóveis localizados em Barra do Garças, Cáceres e Sinop, sendo que os de Barra do Garças e Cáceres pertencem ao patrimônio da União, mas encontram-se em fase de regulamentação junto à Superintendência do Patrimônio da União e o imóvel de Sinop locado de terceiro, com informações descritas no quadro A.11.2.

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Mato Grosso	1	1
	Sinop		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Setor de Administração e Logística Policial /SR/MT

Imóvel da Delegacia de Polícia Federal em Sinop. Contrato nº 018/2008. A manutenção do imóvel em referência cabe ao seu dono. Não foram realizados reparos na unidade em referência com ônus ao Departamento de Polícia Federal no exercício de 2010.

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	
200374	9067.00239.500-2	13	3		07/01/2008	6.264.982,09			
200374	9067.00203.500-6	13	6		25/09/2009	340.215,21			
200374	9151.00050.500-5	13	4		22/11/2008	671.487,61			
Total									-
Fonte: SPIUNET									

¹ Os campos em branco não apresentavam informação sistema.

1.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

As principais medidas quanto à gestão do patrimônio de bens imóveis é a realização de manutenção preventiva e reativa nos mesmos para deixá-los em condição de uso. Tal fato decorre da idade dos imóveis.

11. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

11.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	5				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Serviços = 45% Bens = 3%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: Questionário respondido em conjunto pelos servidores lotados no NTI/SR/DPF/MT					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Não ocorreram deliberações do TCU ou recomendações da OCI a serem atendidas no exercício de 2010.

13. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador						Valores em R\$ 1,00
Unidade Gestora: 200375			Limite de Utilização da UG			
SF Siafi ¹	Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
REE	Rodrigo Ferreira Medeiros	999.770.876-87	346,25	0,00	346,25	346,25
REE	Artur Massaki Kanada	026.748.089-00	2.653,53	405,00	2.248,53	2.653,53
REE	Luiz Augusto Lima Marengão	831.895.561-72	3.425,07	2.270,09	1.154,98	3.425,07
REE	Lúcio Flávio Pereira	587.018.691-91	894,42	0,00	894,42	894,42
REE	Alexandre de Oliveira Matta	020.408.287-02	1.162,62	0,00	1.162,62	1.162,62
REE	Márcio Aparecido Amaro	158.775.368-50	854,39	0,00	854,39	854,39
REE	Rogério Oliveira Carvalho	845.784.671-04	6.185,79	0,00	6.185,79	6.185,79
REE	Sílvia de Oliveira Salazar	812.736.576-91	315,78	0,00	315,78	315,78
REE	David Krasimar	185.036.208-47	1.494,30	0,00	1.494,30	1.494,30
REE	Germano Jose Carvalho Santos	922.617.365-68	1.163,14	0,00	1.683,14	1.163,14
REE	Elizangela Meneguete Freitas	627.795.401-68	120,14	0,00	120,14	120,14
REE	Ricardo Marques Pimentel	747.625.167-91	2.914,34	0,00	2.914,34	2.914,34
REE	José Márcio Arfeli Ferreira	468.801.603-44	4.658,54	0,00	4.658,54	4.658,54
PV	Marcos Teodoro da Silva	559.214.501-20	805,00	225,00	580,00	805,00
REE	Irair Alves de Melo	209.352.859-20	585,46	0,00	585,46	585,46
REE	Daniela Andrade Rosa dos Santos	710.583.381-53	1.940,00	0,00	1.940,00	1.940,00
PV	Carlos Eduardo M. de Oliveira	004.438.981-70	4.008,15	0,00	4.008,15	4.008,15
PV	Marcos José Câmara de Araújo	835.756.851.34	1.204,70	140,00	1.064,70	1.204,70
PV	Eliezer Gentil de Souza	429.707.251-34	5.864,99	540,00	5.324,99	5.864,99
REE+VS	Unidade Gestora 200375	-	610.416,39	227.637,37	382.779,02	610.416,39
Sub-Total utilizado pela UG				231.217,46	420.315,54	651.533,00
Total utilizado pela UG						651.533,00
Total utilizado pela UJ						651.533,00

¹PV: Pequeno Vulto

REE: Regime Especial de Execução – sem caráter sigiloso

VS: Regime Especial de Execução – com caráter sigiloso

Quadro A.13. 2 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)					Valores em R\$ 1,00
UG 200375					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade ¹	Valor (a)	Quantidade ¹	Valor (b)	(a+b)
2008		164.867,65		329.259,68	494.127,33
2009		Não disponível		Não disponível	464.820,07
2010		231.217,46		420.315,54	651.533,00

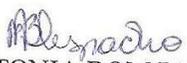
¹ não foi possível extrair os quantitativos

ANEXOS

ANEXO I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS	
DECLARAÇÃO	
Denominação completa (UJ): Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso	Código das UGs: 200374 e 200375
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência possui Convênio com o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>Cuiabá / MT, 31 DE MARÇO DE 2011.</p> <p> ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA Administradora – Mat. 12.200 SELOG/SR/DPF/MT</p>	

ANEXO I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA FINANCEIRA	
DECLARAÇÃO	
Denominação completa (UJ): Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso	Código das UGs: 200374 e 200375
<p>Declaro que com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, o NEOF utiliza esta ferramenta para empenhar o valor contratado com o CIEE- CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>Cuiabá / MT, 31 DE MARÇO DE 2011.</p> <p> MARIA ANTONIA BOM DESPACHO CHEFE DO NEOF/SELOG/SR/MT Matrícula nº 4512</p>	

ANEXO II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010

O SRH/SR/MT, exige a entrega da Declaração de Bens e Rendas de todos os servidores, sendo solicitado aos nomeados para cargo efetivo e cargo em comissão ainda a Declaração de não Acumulação de Cargos Públicos.

ANEXO III - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010

Não se aplica a esta UJ.

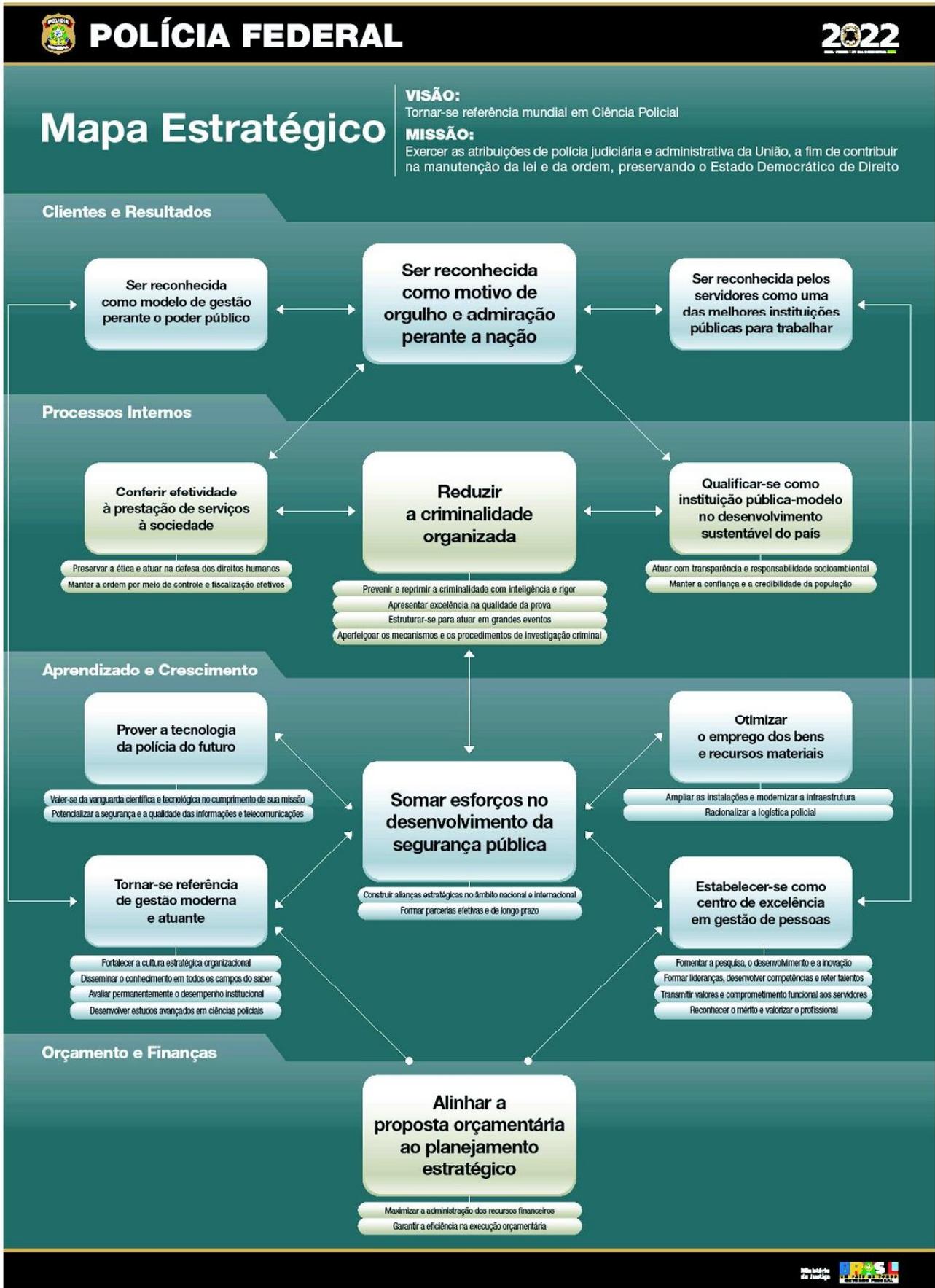
ANEXO IV - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN
TCU nº 107/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ): SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MT	Código da UG: 200374 - 200375
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 1.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8


Joana Mützenberg
SR / DPF / MT
Agente Administrativo
Matrícula 11 732



ANEXO VI – Resultados da Produtividade da área judiciária

PRODUTIVIDADE GERAL DA ÁREA JUDICIÁRIA						
	Cuiabá	Barra do Garças	Cáceres	Rondonópolis	Sinop	2010
INQUÉRITOS POLICIAIS						
Relatados	1089	293	400	210	602	2594
Instaurados	817	224	320	193	322	1876
Em andamento (posição no fim do período)	793	250	273	116	373	1805
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA						
Relatados	15	8	3	6	17	49
Instaurados	36	12	8	7	36	99
Em andamento (posição no fim do período)	10	6	1	3	0	20
						0
INICIATIVA DE INVESTIGAÇÃO						
Auto de prisão em flagrante (interna)	73	14	59	32	27	205
Auto de prisão em flagrante (externa)	36	5	78	8	4	131
TCO's (interna)	17	12	2	4	29	64
TCO's (externa)	5	0	2	1	11	19
						0
PESSOAS PRESAS						
Iniciativa interna	310	50	135	53	57	605
Iniciativa externa	48	0	123	22	7	200
Total de prisões	358	45	258	70	64	795

ANEXO VII – Resultados da Produtividade da área judiciária

APREENSÕES DIVERSAS EM MATO GROSSO	
MERCADORIAS e EQUIPAMENTOS	2010
Cigarros- pacotes	81575
Agrotóxicos - gramas	5617
Computadores portáteis - unidades	22
Computadores de mesa - unidade	99
Impressoras - unidade	3
Filmadoras - unidades	2
Máquinas Fotográficas - unidades	116
Pneus - unidades	14
ARMAS e MUNIÇÕES	2010
Revolver	19
Pistola	18
Espingarda	13
Submetralhadora	0
Fuzil	0
Cartuchos – calibre .38	1163
Cartuchos – calibre 9 mm	26
Cartuchos – calibre .40	0
Cartuchos – calibre 5,56 mm	2
Cartuchos – calibre 7,62 mm	0
Cartuchos – calibre .12	512
Cartuchos – outros calibres	1788
MOEDAS FALSAS	2010
Real – R\$ 1,00 - unidade	R\$ -
Real – R\$ 2,00 - unidade	R\$ 6,00

Real – R\$ 5,00 - unidade	R\$ 25,00
Real – R\$ 10,00 - unidade	R\$ 440,00
Real – R\$ 20,00 - unidade	R\$ 1.220,00
Real – R\$ 50,00 - unidade	R\$ 13.550,00
Real – R\$ 100,00 - unidade	R\$ 900,00
Dólares - valor total	R\$ -
Euros - valor total	R\$ -
VEÍCULOS; AERONAVES e EMBARCAÇÕES	2010
Motocicletas	38
Automóveis	81
Utilitários	27
Caminhões	41
Aviões hélice	2
Aviões - jato	0
Helicóptero	0
Barco	3
Lancha	0
IMÓVEIS; DINHEIRO EM ESPÉCIE e BLOQUEIOS DE VALORES	2010
Casas - unidade	0
Apartamentos - unidade	0
Terrenos - unidade	0
Imóveis comerciais - unidade	0
Imóveis rurais - unidade	0
Dinheiro em real - total	R\$ 25.652.870,00
Dinheiro em dólares - total	R\$ 34.079.100,00
Dinheiro em euros - total	R\$ 17.537,00
Numerário bloqueados - total	R\$ 52.000.000,00

MATERIAIS DIVERSOS APREENDIDOS	
Apreensão de 400 comprimidos de pramil (SILDENAFIL) na região de Cáceres	
Produtos de pirataria 236 relógios e 24 óculos apreendidos na região de Cáceres.	
Em março, apreensão de 10 litros de agrotóxico Tordon, na região de Cáceres	
Em março, apreensão de 4.500 quilos de cimento, na região de Cáceres	
Em abril, apreensão de 200 comprimidos de pramil (SILDENAFIL), na região de Cáceres	
Em maio, 29 cilindros de mercúrio, na região de Cáceres	
Em maio, Centenas de perfumes oriundos da Bolívia e 02 caminhões com farto material de descaminho (vestuário) na região de Cáceres	
Em junho, apreensão de 03 galões de agrotóxico Tordon na região de Cáceres	
Em junho, um caminhão com farto material de descaminho na região de Cáceres	
Em julho: 72 fardos de cobertores na região de Cáceres	
Em agosto: Um caminhão apreendido estava carregado com produtos de descaminho na região de Cáceres	

ANEXO VIII- Resultados das ações da Operação Sentinela em Mato Grosso no ano 2010

No que se refere aos resultados apresentados pela Operação Sentinela neste Estado de Mato Grosso no ano de 2010, cumpre esclarecer que a maior parte das prisões e apreensões foi formalizada junto à Polícia Judiciária Civil deste Estado de Mato Grosso, haja vista que o julgamento das condutas típicas cometidas pelos infratores cabia à Justiça Estadual.

Nesse sentido, apenas uma pequena parte das ocorrências foi apresentada a esta Polícia Judiciária da União, mais precisamente à Delegacia de Polícia Federal de Cáceres/MT, para adoção das providências pertinentes, sendo oportuno consignar que estes casos, via de regra, envolveram tráfico internacional de substâncias entorpecentes, contrabando e descaminho e evasão de divisas (relacionada ao pagamento de partidas de drogas, de armas ou de produtos contrabandeados ou descaminhados).

Já as autuações realizadas, em decorrência das atividades desenvolvidas no âmbito da Operação Sentinela neste Estado de Mato Grosso, pela Polícia Judiciária Civil, sobretudo pela Delegacia Municipal de Pontes e Lacerda/MT, onde foi montada uma das Bases da Operação, envolveram, principalmente, casos de porte ilegal de armas de fogo e de munições; furto e roubo de veículos automotores e de cargas; e receptação de veículos (automóveis, caminhonetes, caminhões, tratores, máquinas agrícolas e motocicletas) roubados, furtados ou fruto de estelionatos praticados por seus proprietários contra as seguradoras (conhecido como “golpe do seguro”) e contra as financeiras (conhecido como “finan”), muitas vezes utilizados como pagamento de porções de cocaína, praticados na região da fronteira Brasil/Bolívia compreendida neste Estado de Mato Grosso.

ANEXO IX - Resultados das ações da Operação Sentinela em Mato Grosso no ano 2010

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO

Relatório Estatístico da Operação Sentinela – Mato Grosso

TIPO DE PROCEDIMENTO	ABRIL	MAIO	JUNHO*	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO**	TOTAL
Termo Circunstanciado de Ocorrência	3	1	0	0	0	0	1	0	0	5
Barreira Policial	85	45	24	44	42	130	218	133	74	795
Mandados de busca e apreensão cumpridos	0	0	0	2	2	1	3	11	15	34
Mandados de prisão cumpridos	0	0	0	1	1	0	0	2	0	4
Inquéritos Policiais instaurados	7	5	5	5	0	7	15	13	11	68
Autos de prisão em flagrante lavrados	12	6	5	5	0	7	15	10	9	69
Pessoas presas em flagrante	20	13	5	6	6	12	37	14	8	121
Veículos vistoriados	1048	850	450	500	800	1330	3300	2700	1130	12108
Embarcações vistoriadas	0	0	0	0	0	0	75	155	65	295

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO

Relatório Estatístico da Operação Sentinela – Mato Grosso

TIPO DE PROCEDIMENTO	ABRIL	MAIO	JUNHO*	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO**	TOTAL
Aeronaves vistoriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoas vistoriadas	3.850	1.880	900	1600	1200	3330	4200	3800	2350	23110
PESSOAS PRESAS	19	13	5	7	11	12	37	14	8	126
Maconha (g)	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5
Cocaína cloridrato (g)	0	0	0	0	0	1080	0	327.069,00	21	328170
Cocaína pasta base (g)	261.938,00	183.604,00	355	147.111,00	11.915,00	10.815,00	63.870,00	174.816,90	20.975,00	875400
Crack (g)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Haxixe (g)	0	0	898	0	0	0	0	0	0	898
Equipamentos apreendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cigarros (pacotes)	0	200	0	0	0	710	0	0	4399	5309
Agrotóxicos (Kg)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fármacos/Medicamentos (unidades)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Computadores (unidades)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impressoras (unidades)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO

Relatório Estatístico da Operação Sentinela – Mato Grosso

TIPO DE PROCEDIMENTO	ABRIL	MAIO	JUNHO*	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO**	TOTAL
Filmadoras (unidades)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas fotográficas (unidades)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Pneus (unidades)	0	40	0	0	0	4	0	0	966	1010
Roupas, toalhas (fardos)	0	0	0	0	0	87	0	0	115	202
Outros	0	0	17 miras telescópicas	0	0	60.000 DVDs	11 varas de pesca	13,50kg de pescado	0	0
Armas	3	1	0	0	0	0	1	2	5	12
Munições	33	0	0	12	0	0	6	54	0	105
Explosivos apreendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dinheiro Apreendido (reais)	0	0	15.000,00	1.666,00	0	0	9.691,90	24354,00	462	51174
Dinheiro Apreendido (dólares)	0	0	0	0	0	0	18.841,00	630,00	0	19471
Dinheiro Apreendido (euro)	0	0	0	0	0	0	2.060,00	0	0	2060
Dinheiro Apreendido (pesos bolivianos)	0	0	0	0	0	0	11.208,70	730,00	0	11939

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO

Relatório Estatístico da Operação Sentinela – Mato Grosso

TIPO DE PROCEDIMENTO	ABRIL	MAIO	JUNHO*	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO**	TOTAL
Veículos, Aeronaves e Embarcações Apreendidos	7	2	1	2	4	4	11	4	5	40

* As informações referentes à 2ª semana de junho não foram enviadas.

** As informações referentes ao mês de dezembro estão atualizadas até o dia 23/12/2010

ANEXO X - Resultados das ações em relação ao Plano de Metas do ano 2010

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010					
1 - METAS INSTITUCIONAIS DA SR/DPF/MT					
ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	ATINGIDAS OU NÃO
1	Implementar o convênio com TJ/MT visando a expedição de folha de antecedentes criminais..	Otimizar a prestação da tutela jurisdicional no Estado de Mato Grosso, no que concerne a expedição de folha de Antecedentes Criminais por parte do Departamento de Polícia Federal	SR/SR/MT	Contatar técnicos do TJ/MT para estabelecer os protocolos de acesso ao banco de dados.	Sim. O Núcleo de Identificação da SRMT ministrou cursos em diversas comarcas do interior, para que os servidores realizem consultas, imprimam as folhas de antecedentes criminais e incluam as próprias decisões judiciais. Tal ação deu celeridade ao atendimento das demandas judiciais e otimizou o efetivo de papiloscopistas para outras ações inerentes às suas atividades.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

2	Estreitar relações com as Autoridades Fazendárias na circunscrição (Federal e Estadual) visando, principalmente, a obtenção de dados e trocas de informações.	Necessidade de informações com os órgãos fazendários Federal e Estadual. Abrir canais para obtenção de informações com maior celeridade.	SR/SR/MT	Marcar reuniões. Promover trocas de informações. Operacionalizar os meios a serem disponibilizados.	Sim. Por força das atribuições da Polícia Federal foram priorizados contatos com órgãos que guardassem relação com a matéria tais como SEMA, IBAMA, INCRA, CEF, Recita Federal do Brasil, CGU, entre os principais de forma a se obter informações ou acesso virtual à bancos de dados administrados por aqueles órgãos.
3	Promover intercâmbio com as Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal visando atuação conjunta no combate ao tráfico de entorpecente.	O combate ao tráfico de drogas pode ser aprimorado com a troca de informações não sensíveis e com a cooperação mútua entre as forças policiais. O grande efetivo que, em conjunto, as Policias podem dispor, por si só justifica uma aproximação.	SR/SR/MT	Estabelecer contato com as coordenações das polícias no Estado. Promover reuniões para troca de informações e divisão dos trabalhos de combate ao tráfico.	Sim. Dentro das rotinas de prevenção e repressão ao tráfico de drogas, em especial àquelas afetas a área de inteligência a SRMT deu início a Operação Sentinela que, coordenada pela Diretoria de Combate ao Crime Organizado, envolveu os órgãos de segurança de Mato Grosso a outros 07 estados fronteiriços, em especial outros órgãos federais que contam com maior efetivo tais como o Exército Brasileiro e a Força Nacional de Segurança Pública.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

4	Estreitar contato com Autoridades Bolivianas visando a troca informações sobre a prática de crimes transnacionais	A criminalidade está globalizada, desta forma apenas uma ação conjunta dos órgãos de repressão, mormente na região da fronteira poderá fazer frente à ameaça.	SR/SR/MT	Realizar contato utilizando o nosso adido policial em território boliviano.	Sim. O contato com a polícia boliviana foi ampliado e a participação de agentes no apoio às atividades de inteligência permitiu a identificação de rotas, procedimentos e pessoas que, de forma direta ou indireta contribuem ou participam do tráfico internacional de drogas.
---	---	---	----------	---	---

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

5	Fomentar o intercâmbio da Polícia Federal com as demais Instituições ligadas direta ou indiretamente com a Segurança Pública.	Colaborar na elaboração de metas ligadas à Segurança Pública, aumentando a influência do DPF nas decisões locais ligadas ao combate à criminalidade.	SR/SR/MT	Marcar reuniões. Promover trocas de informações. Operacionalizar os meios a serem disponibilizados	Sim. A SRMT participou de reuniões periódicas no Gabinete de Gestão Integrada, bem como proferiu palestras à juízes eleitorais no curso do processo eleitoral como forma de identificar mecanismos e procedimentos viáveis à comprovação de eventuais ilícitos eleitorais, respeitando a competência do Poder Judiciário e as atribuições deste órgão. Foi firmado ainda convênio com o Ministério Público do Trabalho de forma a se identificar, reduzir e extinguir toda e qualquer forma de trabalho escravo em Mato Grosso.
---	---	--	----------	--	---

2 - METAS POLICIAIS DA SR/DPF/MT

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	ATINGIDAS OU NÃO
------	------	---------------	----------	------	------------------

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

1	Elaborar Plano de Segurança Orgânica da SR/MT e Delegacias no Estado.	Aprimorar a segurança física das Instalações.	NIP/SR/MT	Confecção do Plano de Segurança.	Não atingidas. Conf. IN 26/2010, cabe ao NIP elaborar apenas seu próprio plano de segurança, o que será feito em 2011. O plano específico de segurança, em que pese não elaborado não impediu que medidas preventivas fossem adotadas, como por exemplo a melhoria do sistema de câmeras, controle de acesso de pessoas por único local, a transferência dos mastros que ostentam as bandeiras oficiais para a parte interna da SRMT retirando-os da via pública onde poderiam sofrer danos.
2	Realizar atividades de busca sistemática para obtenção dos conhecimentos necessários à inteligência.	Proporcionar assessoria com conhecimento úteis e oportunizar às Autoridades Policiais.	NIP/SR/MT	Elaborar Plano de Inteligência.	Não atingidas. Conf. IN 26/2010, cabe ao NIP cumprir plano de inteligência e contra-inteligência determinados pela DIP/DPF.
3	Implementar o Sistema de Documentos de Inteligência (SisDoc I).	Integrar dados e conhecimentos de inteligência.	NIP/SR/MT	Elaborar Plano de Inteligência, treinar servidores e adquirir equipamentos, mobiliários e computadores.	Meta atingida em parte com a inclusão da SR/MT e das delegacias no SISDOC-I, com exceção de Cáceres.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

4	Intensificar as ações de repressão ao tráfico de drogas.	A repressão a entorpecentes é uma das atribuições constitucionais da Polícia Federal. O Estado do Mato Grosso é utilizado como rota no tráfico de cocaína proveniente dos países produtores da droga, principalmente, da Bolívia	DRE/SR/MT	Levantamento de situação. Identificação de alvos. Conhecimento do <i>modus operandi</i> . Planejamento operacional.	Sim. Principalmente após a deflagração da Operação Sentinela, conforme exposto.
5	Incrementar as ações de fiscalização e controle sobre produtos químicos.	A fiscalização de produtos químicos é atividade diretamente relacionada à repressão de entorpecentes. Prevenir a eventual utilização de produtos químicos irregularmente demanda fiscalização constante, abrangente e bem planejada. A expansão da fiscalização, além de prevenir a utilização inadequada dos produtos, permitirá aumento na arrecadação de taxas.	DRE/SR/MT	Levantamento de situação. Identificação de estabelecimentos comerciais e industriais irregulares. Divulgação das atividades. Notificação de infratores.	Sim. Conforme relatórios periódicos relacionados à matéria.
6	Promover intercâmbio com outras Unidades do Departamento de Polícia Federal especializada no combate ao narcotráfico.	O serviço de investigação muitas vezes é limitado em razão dos necessários excessos ao compartimentar informações. O intercâmbio entre núcleos de análise permitirá a troca de dados de interesse comum, possibilitando maior abrangência na desarticulação de quadrilhas criminosas.	DRE/SR/MT	Treinamento e sensibilização de pessoal. Promoção de missões em outros núcleos de análise.	Sim. O intercâmbio permitiu a apreensão de um maior volume de entorpecente que por vários motivos guardavam relação com investigações em curso na SRMT, cuja droga se encontrava sendo transportada ou em depósito em outra unidade da Federação.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

7	Sistematizar a fiscalização em empresas e veículos que operam na industrialização, comercialização e transporte de produtos químicos e insumos que podem ser desviados e utilizados no fabrico de entorpecentes.	Aplicação da Lei nº 10.357/2001. Notícias de organismos policiais dos países fronteiriços com o Brasil, de que está aumentado o fluxo de veículos transportadores de produtos químicos do Brasil para fabrico de drogas.	DRE/SR/MT	Detectar as rodovias e estradas vicinais que estão sendo utilizadas. Promover barreiras fixas e móveis. Planejar diligências de fiscalização contínua. Buscar a participação e o apoio da Inspeção da Receita Federal	Sim, seguindo orientações do Órgão Central.
8	Implantar no âmbito da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso o Centro Regional de Inteligência por Sinais	Necessidade de cumprimento da Instrução Normativa da Diretoria de Inteligência.	NIP/SR/MT	Determinar o início dos estudos por parte do Núcleo de Inteligência Policial.	Não, em razão da Polícia Federal se encontrar realizando tratativas com o Governo do Mato Grosso de forma a desenvolver um projeto piloto em parceria com os órgãos estaduais, cuja previsão para implementação em 2011.
9	Organizar um seminário sobre o gerenciamento de Operações de Inteligência Policial	Necessidade de capacitar Policiais Federais no gerenciamento de operações de inteligência, visando obter eficiência e eficácia nos trabalhos.	DREX/SR/MT	Contatar com Policiais habilitados em ministrar instruções sobre operações de inteligência e organizar o evento.	Não em razão de cursos e seminários semelhantes terem sido realizados pelos Órgãos Centrais, tendo esses contado com a participação de policiais lotados neste estado.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

10	Criar metodologia no âmbito da Superintendência, quanto à execução de ações policiais de repressão a roubo de cargas no Estado do Mato Grosso.	Apesar de concorrer com pequena parcela dos roubos de cargas ocorridos no país, a região possui grande número de entroncamentos rodoviários que interligam a outras regiões do Brasil. Dentro do MT são transportadas cargas das mais visadas, como defensivos agrícolas, combustíveis, pneus, cigarros, etc.	DELEPAT/SR/MT	Identificação das principais cargas transportadas no MT. Conhecimento do “ <i>modus operandi</i> ” das quadrilhas que atuam dentro do Estado. Levantamento das últimas prisões de quadrilhas de roubo de cargas no MT	Não. Em razão de terem sido priorizadas ações de prevenção e repressão à roubos de cargas e bancos, impossibilitando a realização tal trabalho em virtude do pouco efetivo da área.
11	Promover operações policiais de repressão a roubo de valores no Estado do Mato Grosso.	Por serem quadrilhas mais violentas e com poderio bélico geralmente expressivo, é necessário que o efetivo da Regional tenha as condições mínimas de reprimir tal tipo de crime, sendo necessário treinamento do pessoal.	DELEPAT/SR/MT	Treinamento do pessoal em técnicas operacionais específicas; elaborar estudos de situação para definir prioridades e linhas de ação em casos concretos. Contato com a DPAT solicitando apoio para tais ações e treinamento.	Sim. Houve participação de servidores em cursos pelos Órgãos Centrais, bem como foram selecionados policiais para comporem o Grupo de Pronto Intervenção, cujo treinamento foi marcado para o início de 2011.
12	Identificar se existem casos recentes no MT de seqüestro, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro com motivação política ou motivado em razão da função pública exercida pela vítima	É necessário ter total conhecimento de casos ocorridos no Estado do MT que sejam de atribuição da DELEPAT.	DELEPAT/SR/MT	Pesquisa nos bancos de dados e junto ao Órgão Central, bem como junto a outros Órgãos de Segurança Pública do Estado	Sim, contudo não foram identificados casos relacionados à ação.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

13	Identificar e combater possíveis quadrilhas que atuam explorando tráfico de armas de fogo, usando o Estado de Mato Grosso como passagem ou destino final das armas.	Trata-se da principal atribuição da DELEARM, justificando-se a atuação preventiva e repressiva do tráfico de armas de fogo.	DELEARM/SR/MT	Levantamento de situação na área; Identificação de alvos; Conhecimento do “modus operandi”, Planejamento operacional;	Sim. Após a identificação de grupos criminosos atuando de tal maneira, foram implementadas ações de prevenção e repressão bem como de inteligência às quais contaram muitas vezes com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado.
14	Identificar a origem e o destino das armas de fogo que são ilegalmente introduzidas no território nacional.	A identificação das principais origens e destinos das armas traficadas possibilitará combate futuro com maior efetividade.	DELEARM/SR/MT	Levantamento de situação; Identificação de estabelecimentos comerciais irregulares.	Não. Esta meta não foi atingida em virtude da pesquisa quanto à origem das armas exigir ações coordenadas a partir do Órgão Central.
15	Identificar a origem dos recursos que alimentam o tráfico ilícito de armas.	Combater a parte financeira das organizações criminosas que atuam no tráfico ilícito de armas.	DELEARM/SR/MT	Manutenção de bancos de dados e arquivos próprios a serem alimentados durante trabalhos de rotinas e operações, devendo as informações ser analisadas periodicamente.	Não. Esta meta não foi atingida em virtude da pesquisa quanto à origem das armas exigir ações coordenadas a partir do Órgão Central.
16	Intensificar as ações de repressão à corrupção.	A corrupção é a origem de todos os crimes. Sem a presença do agente público corrupto não existe crime organizado. Assim se faz necessário um combate efetivo a tal tipo de ilícitos.		Identificação de alvos, com apoio dos órgãos/autarquias/fundações/empresas públicas lesadas; Conhecimento do “modus operandi”, Planejamento operacional.	Sim, conforme se constata pelas operações especiais desenvolvidas em 2010.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

18	Intensificar o combate ao contrabando/descaminho, realizando o intercâmbio de informações com núcleos de análise, principalmente das Superintendências de Mato Grosso do Sul e Paraná.	Melhor desenvolvimento e aprimoramento das atividades de inteligência policial.	DELEFAZ/SR/MT	Aquisição de equipamento, treinamento de pessoal e coordenação conjunta com outras Unidades.	Sim, conforme se constata pelas operações especiais desenvolvidas em 2010.
19	Realizar vistorias semanais e/ou quinzenais em estabelecimentos comerciais que possuem serviço orgânico de segurança clandestino (supermercados, escolas particulares, casas noturnas, indústrias, etc.).	A falta de uma fiscalização contínua nesses estabelecimentos acaba por não obrigar os proprietários destes a contratar uma empresa especializada em segurança, e nem mesmo gera interesse em requerer autorização para criação de serviço orgânico de segurança em seus estabelecimentos.	DELESP/SR/MT	Crescimento do número de empresas autorizadas a possuir setor de serviço orgânico de segurança. Aumento da arrecadação referente às taxas cobradas para expedição de alvará de funcionamento de empresa que mantenha segurança própria.	Meta parcialmente atingida. As inspeções têm sido realizadas, porém não na periodicidade planejada, em razão da limitação de recursos humanos e do severo contingenciamento de recursos orçamentários/financeiros.
20	Acentuar as ações de repressão à exploração do trabalho escravo.	Registra-se como uma das áreas de maior incidência de trabalho escravo, a região norte do Estado de Mato Grosso, particularmente na Zona Rural (setor agrícola e madeireiro). Trabalhadores são recrutados, alojados e submetidos a condições degradantes de trabalho. Não raro, são usados também em desmatamento ilegal.	DELINST/SR/MT	Levantamento de situação na referida área; diligências para apuração de denúncias, identificação de alvos e conhecimento do “ <i>modus operandi</i> ”: Planejamento Operacional. Integração de atividades com o Ministério do Trabalho e Emprego, em especial coordenação com o Grupo Móvel de Erradicação do Trabalho Escravo.	Não. Esta meta não foi atingida em virtude da limitação de recursos humanos e do severo contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

21	Combater o aliciamento para fins de emigração, o tráfico de mulheres, a falsificação de documento público, e a fraude de lei sobre estrangeiro	Constata-se a grande incidência deste tipo de crime no estado de Mato Grosso, sendo que nos anos de 2007 e 2008 foram desencadeadas operações para reprimir tal tipo de delito.	DELINST/SR/MT	Levantamento de situação. Identificação de alvos. Conhecimento do “ <i>modus operandi</i> ”. Planejamento operacional.	Sim, promovendo o monitoramento das situações identificadas nas operações realizadas em anos anteriores e aquelas porventura encaminhadas por órgãos congêneres.
22	Reprimir a exploração sexual infantil e o tráfico de pessoas.	A criança que sofre de abuso sexual, guarda seqüelas pelo resto da vida. O Estado de Mato Grosso vem sendo apontado como uma das rotas no tráfico de mulheres e meninas usadas na exploração sexual.	DELINST/SR/MT	Levantamento de situação; Identificação de alvos e estabelecimentos que facilitem a exploração sexual infantil; Conhecimento do <i>modus operandi</i> : planejamento operacional; Coordenação de atividades com a Promotoria de Defesa da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares etc.	Sim, promovendo o monitoramento das situações identificadas nas operações realizadas em anos anteriores e aquelas porventura encaminhadas por órgãos congêneres.
23	Acompanhar as ações da FUNAI e IBAMA nas Terras Indígenas, visando o combate a crimes contra a cultura indígena.	O estado do Mato Grosso é uma das Unidades da Federação com maior número de áreas indígenas demarcadas e em fase de identificação, gerando a ocorrência de conflitos entre os indígenas e posseiros e/ou garimpeiros e entre os próprios índios da diversas etnias existentes.	DELINST/SR/MT	Levantamento das áreas de maior tensão e dos grupos diretamente envolvidos, coibindo a exploração ilegal de madeira e minérios, identificando os caciques, madeireiros e garimpeiros responsáveis pela extração e comércio.	Sim. Nas ocasiões em que os referidos órgãos arcaram com os custos, sendo certo que tais operações sofreram grande redução em anos anteriores.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

24	Intensificar as ações de repressão aos crimes contra a Flora (madeira) no Estado do Mato Grosso.	Devido ao Estado do Mato grosso possuir uma extensão territorial que engloba parte da Amazônia Legal, a ação de madeireiros na extração ilegal de madeiras é contumaz e requer uma repressão intensiva, notadamente no que se refere á extração ilegal de madeiras no interior de terras indígenas e Unidades de Conservação.	DELEMAPH/SR/MT	Levantamento do <i>modus operandi</i> das madeiras e madeireiros que atuam na extração ilegal (loais de extração, rotas de escoamento da madeira, meios de transporte utilizados, principais destinos e mercados consumidores etc.)	Sim, conforme se constata pelas operações especiais desenvolvidas em 2010 em especial a denominada Jurupari.
25	Intensificar as ações de repressão aos crimes que envolvem a extração ilegal pedras preciosas no Estado do Mato Grosso.	A existência de uma grande área diamantífera (notadamente na Região de Juína e Aripuanã) motiva a ação de agentes delituosos na extração clandestina e predatória de diamantes e outras pedras preciosas.	DELEMAPH/SR/MT	Levantamento do <i>modus operandi</i> dos mantenedores dos garimpos e agenciadores de garimpeiros que atuam em prol da extração ilegal.	Sim, conforme se constata pelas operações especiais desenvolvidas em 2010, em especial a denominada Adamas.
26	Intensificar as ações de repressão aos crimes contra a Fauna no Estado do Mato Grosso.	O Estado do Mato Grosso, por suas características geográficas, ascende como um portal de entrada e saída de animais silvestres para os grandes centros do País e outros Países.	DELEMAPH/SR/MT	Levantamento do <i>modus operandi</i> dos traficantes de animais (rotas, meios de transporte, destinos etc.). Identificação de alvos. Planejamento operacional.	Sim, conforme se constata pelas operações especiais desenvolvidas em 2010.
27	Terminar a instrução de Persecutórios originados da OPERAÇÃO CURUPIRA	A Operação Curupira foi desencadeado no ano de 2005, todavia tramitam na SR/DPF/MT dezenas de Persecutórios resultantes desta Operação, sendo certo que os delitos investigados caminham para a prescrição.	DELEMAPH/SR/MT	Indicar uma equipe policial para realizar a instrução de todos Persecutórios.	Sim. Após a centralização dos trabalhos em uma única autoridade policial essa concluiu os inquéritos decorrentes da operação, promovendo sua remessa à Justiça.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

28	Reprimir os crimes contra o meio ambiente, <i>lato sensu</i> .	Devido ao Estado do Mato Grosso possuir região que vai do cerrado à Amazônia Legal, com uma malha fluvial extensa, há uma suscetibilidade inerente ao Estado em ser local para prática de crimes contra o meio ambiente.	DELEMAPH/SR/MT	Levantamento dos crimes de maior incidência. Estabelecer as regiões do Estado em que há maior prática de delitos ambientais. Identificação de alvos. Planejamento operacional.	Sim, conforme se constata pelas operações especiais desenvolvidas em 2010.
29	Reprimir os crimes contra o Patrimônio Histórico no Estado do Mato Grosso.	O Estado do Mato Grosso possui como em outras Unidades da Federação acervo patrimonial histórico que pode ser alvo de ações delituosas.	DELEMAPH/SR/MT	Levantamento dos crimes de maior incidência. Estabelecer as regiões do Estado em que há maior suscetibilidade de crimes contra o Patrimônio Histórico. Coordenação de atividades com o IPHAN.	Não, em virtude de não haver sido detectado crimes de tal espécie ao longo do ano.
30	Intensificar o intercâmbio de informações com as demais unidades de repressão a crimes ambientais da Polícia Federal.	Combater de forma mais eficaz e inteligente o tráfico ilícito de animais e produtos da fauna e flora para outros estados da federação.	DELEMAPH/SR/MT	Coordenação de atividades com as demais Unidades de repressão a crimes ambientais.	Sim, dentro da Operação Arco de Fogo, constatou-se a redução no desmatamento, tendo sido realizadas ações de repressão, repressão e de inteligência.ç

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

31	Implementar uma “FORÇA-TAREFA AMBIENTAL” nos moldes da força-tarefa previdenciária já existente.	A complexidade e dinâmica dos crimes praticados contra o meio ambiente exige a ação integrada e coordenada de diversos órgãos envolvidos, notadamente no que se refere ao combate do chamado crime organizado. Neste diapasão, a criação de uma força-tarefa ambiental, a ser integrada por integrantes/membros do DPF, MPF e IBAMA, resulta em medida de grande valia, eis que possibilitará a cooperação entre as instituições, notadamente a troca de informações e o planejamento integrado de operações que visem, de fato, combater, reprimir e responsabilizar criminalmente os responsáveis pelo crime organizado na seara ambiental.	DELEMAPH/SR/MT	Contato com o MPF e o IBAMA, a fim de que sejam indicados servidores/membros em cada uma dessas instituições que serão seus representantes junto à força tarefa. Reunião para que sejam estabelecidos os crimes que serão alvos de atuação integrada pela força-tarefa.	SIM, a força tarefa foi implementada na DMAPH/CGPFAZ.
32	Realizar operação policial referente a benefícios previdenciários concedidos irregularmente em várias regiões do estado de Mato Grosso.	O Ministério da Previdência Social possui o terceiro maior orçamento do Brasil, sendo inferior apenas que o orçamento da União e o orçamento do estado de São Paulo. Um em cada oito brasileiros recebe algum tipo de benefício previdenciário. Estima-se que vinte por cento dos benefícios pagos pelo Ministério da Previdência são fraudulentos.	DELEPREV/SR/MT	Levantamento de situação. Identificação de alvos. Conhecimento do “modus operandi”. Planejamento operacional.	Não. Esta meta não foi atingida em virtude da limitação de recursos humanos e do severo contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

33	Coordenar a troca mais rápida de dados e informações entre a Polícia Federal e o Ministério da Previdência Social.	Potencializar o combate aos crimes previdenciários	DELEPREV/SR/MT	Estabelecer contato com os integrantes da Assessoria de Pesquisas Estratégicas do Ministério da Previdência Social.	Sim, seguindo as orientações do Órgão Central.
34	Coordenar as ações da Força-Tarefa Previdenciária, objetivando racionalizar a persecução penal nos crimes previdenciários.	Evitar instauração de inquéritos sem justa causa	DELEPREV/SR/MT	Estabelecer contato com o Procurador da República responsável pelas ações penais e com servidores do Ministério da Previdência Social.	Sim. Realizado o trabalho no âmbito da SRMT, o qual contou com o apoio de servidores do INSS.
35	Determinar a rápida incineração de substâncias entorpecentes armazenadas nos depósitos das Unidades da SR/DPF/MT	Fazer cumprir a determinação prevista na Lei 11.343/03.	DRE/SR/MT	Organizar o ato de incineração, consoante o previsto em lei, bem como escolher local onde se possa realizar o ato.	Sim. Foram realizadas incinerações na medida em que as autoridades judiciárias autorizavam a destruição do material, o que contribuiu para um melhor controle do depósito.
36	Encaminhamento ao Exército Brasileiro das Armas armazenadas nos depósitos das Unidades da SR/DPF/MT	Fazer cumprir a determinação legal de destruição das armas apreendidas.	DELEARM/SR/MT	Contato junto ao Exército Brasileiro.	Sim, na medida em que armamentos foram entregues ou apreendidos em situação ilegal.
37	Implantação de roteiros para dinamizar a instrução de Inquéritos Policiais	Dar celeridade a conclusão de investigações sobre os crimes mais comuns de competência de repressão da Polícia Federal	DREX/SR/MT	Solicitar a confecção do roteiro ao Sr. Corregedor Regional da SR/DPF/MT.	Sim. Os roteiros encontram-se disponíveis na WIKI/SR/MT.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

38	Concluir inquéritos policiais em tramitação por mais de cinco anos, ou seja, instaurados antes do ano de 2003.	Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal), evitando-se a prescrição de delitos investigados nestes Apuratórios.	COR/SR/MT	Priorizar os inquéritos antigos	Meta parcialmente cumprida. Em que pese grande quantidade de inquéritos relatados alguns ainda tramitam por questões típicas da investigação.
39	Organizar e realizar missões periódicas no interior do Estado objetivando o cumprimento de cartas precatórias e instrução de Inquéritos Policiais	Apesar da inauguração da Delegacia de Polícia Federal de Sinop, ainda existe um grande volume de expedientes relacionados a crimes e investigações afetas as regiões nordeste e noroeste do Estado de Mato Grosso	COR/SR/MT	Realização de oitivas e diligências investigativas	Sim. Ao longo do ano foram realizadas diligências por meio de ações denominadas Cartório Itinerante, tendo sido prestado apoio que resultou em alta produtividade a partir do segundo semestre.
40	Implantar o Núcleo de Polícia Fluvial na Delegacia de Polícia Federal de Cáceres.	Existem aproximadamente 250 quilômetros de fronteira com a Bolívia, coincidindo com a área do pantanal matogrossense, consistindo numa porta aberta para entrada de produtos ilícitos.	DREX/SR/MT	Confeccionar exposição de motivos a ser apresentada perante a Direção Geral do Departamento de Polícia Federal.	Não. Esta meta não foi atingida em virtude do severo contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, sendo que o Órgão Central não incluiu Cáceres entre as Unidades prioritárias para a implantação de Polícia Fluvial (DEPOM).
41	Realizar novo treinamento com grupo de Policiais Federais especializando-os no Controle de Distúrbios Cíveis.	Capacitar Policiais Federais em técnicas de controle de distúrbios cíveis.	DREX/SR/MT	Solicitar apoio de treinamento e aquisição de equipamentos ao COT e a DLOG.	Sim.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

42	Implantar a prática regular e obrigatória de atividade física institucional para os servidores policiais da SR/MT e a prática de tiro e defesa pessoal.	Cumprimento da IN 001/2007-DG/DPF.	SR/MT	Disciplinar a atividade física institucional para aprimorar o condicionamento físico dos policiais federais da SR/MT.	Sim, principalmente a partir da novas instruções que regem a jornada de trabalho.
43	Formar um grupo especial de operações táticas na Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso.	Necessidade de ter Policiais com treinamento especial para ações táticas críticas.	DREX/SR/MT	Solicitar a realização do curso junto ao Comando de Operações Táticas – COT/DPF.	Sim.
44	Planejar o programa de treinamento de tiro dos servidores de todas as Unidades da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso	Necessidade de treinamento constante por parte dos Policiais Federais, tendo em vista que o armamento é a ferramenta de trabalho do Policial Federal	DREX/SR/MT	Determinar a feitura do programa de treinamento por parte do Sr. Chefe do Núcleo de Operações da Superintendência em Mato Grosso.	Sim.
45	Implementar escala regular de serviço de barreiras móveis e fixas nas principais rodovias e estradas vicinais do estado de Mato Grosso, visando prevenir e reprimir a prática de crimes, especialmente o tráfico de entorpecentes, o contrabando e descaminho.	O estado de Mato Grosso possui aproximadamente 900 quilômetros de fronteira com a Bolívia, país produtor de cocaína, o que facilita a introdução em território pátrio deste entorpecente. Além disso também foi notado a pratica do crime descaminho de vestuários, gêneros alimentícios, tabaco e madeira, tudo procedente do referido país.	DRCOR/SR/MT	Analisar os pontos de maior incidência e mais seguros para a execução das barreiras. Elaborar Planejamento Operacional. Executar.	Sim, no âmbito da "Operação Sentinela"

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

46	Implementar ações de combate a crimes de “lavagem de dinheiro”.	A prática de polícia judiciária tem demonstrado a íntima correlação entre crimes que visam a obtenção de lucro (pecúnia) como de tráfico de entorpecentes, contrabando/descaminho; roubo de cargas, dentre outros, com a prática do crime de “lavagem ou ocultação de , direitos e valores”.	DRCOR/SR/MT	Concomitante a investigação dos delitos antecedentes, dar atenção especial a localização dos ativos dos criminosos. Aparelhar, aperfeiçoar e incrementar as atividades de Inteligência policial.	Sim.
47	Implementar rotinas de procedimentos padronizadas para todas as unidades de criminalística do estado, de modo a melhorar a rastreabilidade e cadeia de custódia de vestígios encaminhados a exame pericial	A criação de novas unidades técnico científicas em 2009 exige a padronização de procedimentos internos comuns de modo a melhorar a eficiência dos serviços prestados.	SETEC/SR/MT	Debater estratégias e definir procedimentos com os gestores das diversas unidades, consolidando as decisões em documento que atenda às peculiaridades de cada unidade a ser emitido em forma de portaria.	Sim.
48	Reduzir em 50 % o passivo de solicitações pendentes de laudos e/ou informações no Setor Técnico-Científico com prazo de atendimento superior a 180 dias.	Evitar que o tempo de resposta impeça a conclusão satisfatória dos procedimentos policiais.	SETEC/SR/MT	Mudança de rotinas e a utilização de novas ferramentas tecnológicas.	Sim. Em 2010 o SETEC/MT reduziu em 70% o passivo de solicitações de exame com prazo de atendimento superior a 180 dias.
49	Diminuir o passivo de solicitações pendentes de laudos e/ou informações no Setor Técnico-Científico com prazo de atendimento superior a 1 ano.	Evitar que o tempo de resposta impeça a conclusão satisfatória dos procedimentos policiais.	SETEC/SR/MT	Mudança de rotinas e a utilização de novas ferramentas tecnológicas.	Sim. Em 2010 o SETEC/MT reduziu o passivo de solicitações de exame, superiores a 1 ano, não concluindo totalmente por questões não relacionadas à atividade pericial.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

50	Pesquisar e difundir estudos técnico-científicos no campo da criminalística.	Melhoria contínua dos métodos de apreciação de vestígios para produção de provas com embasamento técnico-científico	SETEC/SR/MT	Promover gestão junto aos órgãos responsáveis para possibilitar a participação em cursos de especialização nas diversas áreas do conhecimento de interesse da criminalística.	Sim. Foram capacitados servidores em todas as áreas da Criminalística em 2010. Praticamente 90% do efetivo do SETEC recebeu ao menos 1 treinamento.
51	Reduzir o número de pendências relativas à emissão de BDJ (30%)	Manter atualizado o banco de dados de informações criminais (SINIC).	NID/SR/MT	Melhoria de rotinas e aquisição de novas ferramentas tecnológicas.	Sim, principalmente por força do trabalho desenvolvido junto ao Poder Judiciário.
52	Manter o atendimento atual de solicitações de Folhas de Antecedentes Criminais.	Continuar com a presteza e a celeridade ao atendimento das solicitações judiciais	NID/SR/MT	Melhoria de rotinas e aquisição de novas ferramentas tecnológicas.	Sim.
53	Capacitar servidores do Núcleo de Identificação da Superintendência Regional, para fins de feitura de retrato falado.	A utilização da técnica do retrato falado se consubstancia numa das mais eficientes armas de solução de crimes.	NID/SR/MT	Solicitar a realização do curso por parte do Instituto Nacional de Identificação.	Sim.
54	Atualização do AFIS.	Dar maior confiabilidade ao Banco de dados; identificar prontamente as ocorrências de falsidade ideológica, a fim de levantar mais subsídios para conclusão dos procedimentos policiais.	NID/SR/MT	Melhoria de rotinas e aquisição de novas ferramentas tecnológicas.	Sim.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

55	Dotar servidores com conhecimentos para atuação nos Núcleos de Análise e Inteligência, principalmente no que concerne ao recebimento, análise, processamento e difusão de dados importantes às investigações policiais;	Inexistência de treinamentos específicos e reciclagem periódica, circunstância que acarreta inevitável defasagem frente à dinamicidade do crime e do criminoso, especialmente o organizado.	DRCOR/SR/MT	Promover gestão junto à SR no sentido de solicitar a destinação de vagas em cursos dessa natureza aos policiais.	Sim.
----	---	---	-------------	--	------

3 – METAS ADMINISTRATIVAS DA SR/DPF/MT

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	ATINGIDAS OU NÃO
1	Aumentar a segurança da Superintendência Regional em Mato Grosso.	Melhorar a segurança física das instalações e o controle de acesso à SR/MT.	SELOG/SR/MT	Instalar sistema de controle de acesso à Superintendência Regional em Mato Grosso.	Atingida.
2	Elaborar projeto para adaptações e modernização do edifício sede da Superintendência.	O edifício sede da SR foi adquirido no exercício de 2001, já em utilização, portanto, não foi construído para abrigar a unidade, motivo pelo qual é necessário fazer algumas adaptações para melhor adequar as nossas necessidades.	SELOG/SR/MT	O prédio atual não se enquadra nas novas exigências legais, exigindo adaptações.	Atingida parcialmente - foram otimizadas as salas com divisórias e instalações de equipamentos.
3	Promover reformas, adaptações e modernização necessárias na entrada do edifício sede da SR/MT.	Melhoria de condições de atendimento dos plantonistas e principalmente visando à segurança destes.	SELOG/SR/MT	O prédio atual foi concebido para finalidade distinta das atividades policiais exigindo adaptações para seu pleno uso.	Não atingida por falta de recursos.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

4	Ampliar a área externa da Sede da Superintendência com a aquisição do prédio que é utilizado pelo Instituto de Promoção Humanitária Papa João XXIII, ao lado da SR/MT.	Necessidade de ampliar espaço para estacionar viaturas e de carros apreendidos.	SELOG/SR/MT	Adquirir o imóvel que ora se encontra locado.	Atingida
5	Dotar o auditório de equipamentos para a sua utilização (ar condicionado / audiovisual / cadeiras / púlpito, etc.).	Necessidade de ambiente para reunião com todo o efetivo da SR/MT.	SELOG/SR/MT	Compra de móveis e equipamentos.	Atingida parcialmente - Os equipamentos estão aguardando recursos.
6	Transporte dos veículos apreendidos pela prática do crime de tráfico de entorpecente nas Delegacias descentralizadas, para o pátio do Conselho Estadual de Entorpecente.	Necessidade de desocupar o pátio das Delegacias, bem como levar os veículos para rápido leilão, visando a arrecadação de fundos a serem revertidos para a Polícia Federal	SELOG/SR/MT	Transferir os veículos apreendidos para o CONEN até decisão judicial final.	Atingida parcialmente. Muitos veículos foram enviados ao pátio do Detran.
7	Promover a manutenção e conservação dos imóveis utilizados pelas Delegacias de Barra do Garças e Rondonópolis.	Necessidade de manutenção dos imóveis diante das intempéries. Evitar a desvalorização dos imóveis que são próprios da União. Muitos anos sem serviços de manutenção (pintura, reboco, etc.).	SELOG/SR/MT	Contratação de empresas especializadas para realização da atividade.	Não atingida - foi realizado projeto para reforma, porém faltou recurso para os fins.
8	Adquirir mobiliário e equipamentos para todas Unidades da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso.	Necessidade de complementação do mobiliário. Aumento do efetivo nas unidades.	SELOG/SR/MT	Compra de móveis e equipamentos.	Atingida

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

9	Instalação de câmeras de circuito fechado de televisão em todas as Unidades da Superintendência do estado do Mato Grosso	Prover o máximo de seguranças as Unidades do Departamento de Polícia Federal	SELOG/SR/MT		Não atingida na unidade de Sinop/MT, falta de recurso.
10	Aperfeiçoar servidores administrativos através de cursos.	Necessidade de capacitação dos novos servidores e reciclagem dos antigos.	SELOG/SR/MT		Atingida.
12	Realizar reforma no andar térreo do prédio Sede da Regional, visando alojar a DELEMIG, bem como os setores de atendimento do SINARM, PRODUTOS QUÍMICOS e PROTOCOLO.	Necessidade de adequar a ocupação do prédio da Sede de forma racional, priorizando a segurança das instalações, evitando que pessoas estranhas transitem nos andares onde estão localizados as Unidades operacionais	SELOG/SR/MT		Atingida.
13	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção de equipamentos de informática e desenvolvimento de softwares.	Necessidade de possuímos pessoal especializado que possa dar suporte ao parque de informática das Unidades da SR/DPF/MT	SELOG/SR/MT		Não atingida por falta de recursos.
14	Preparar palestra sobre a utilização de suprimento de fundos de execução de especial e de pequeno vulto.	Capacitar servidores policiais e administrativos a empregar de forma correta esta ferramenta de auxílio a gestão.	SELOG/SR/MT		Atingida

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

15	Desenvolvimento de um software para controle dos servidores que se encontram em gozo de férias; licença capacitação; viagem de trabalho e licenças médica.	Facilitar a escolha de material humano para participar de operações policiais ou escalas de serviço das Unidades da SR/DPF/MT.	SRH		Não atingida em razão dos estudos necessários à sua implementação.
16	Confecção de estudo sobre o quantitativo de Policiais Federais que poderão deixar as Unidades da SR/DPF/MT, tendo em vista término do prazo de lotação previsto em edital.	Fornecer subsídios a Direção da Polícia Federal quanto a política de lotação de servidores na fronteira.	SRH		Sim.
17	Concluir a Sala de Flagrantes na SR/DPF/MT	Necessidade da existência de local adequado à realização da lavratura de prisões em flagrante	SELOG/SR/MT		Atingida parcialmente - há gabinetes disponíveis aguardando determinação superior para utilização.
18	Criar um setor de estatística com a lotação de um servidor administrativo e estagiário vinculados a área	Falta de um setor e de uma sistemática que permita o acompanhamento das atividades da regional e descentralizadas	SELOG/SR/MT		Não atingida por falta de recursos humanos.
19	Solicitar vagas para cursos oferecidos pela ANP – Academia Nacional de Polícia e promover a celebração de convênios com instituições de formação profissional	Necessidade de aperfeiçoamento profissional dos servidores	SELOG/SR/MT		Não atingida devido contenção de despesas e corte no orçamento.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010					
20	Investir e incentivar a capacitação de servidores Policiais e Administrativos das Unidades da SR/DPF/MT.	O melhor investimento de qualquer Instituição é aquele destinado a capacitação de seu material humano	SELOG/SR/MT		Atingida
21	Construção de um novo auditório no térreo do edifício desta Regional.	Adequação de espaço para a implantação de auditório para futuras palestras e sessões viabilizadas por esta descentralizada.	SELOG/SR/MT		Atingida parcialmente - falta conclusão da reforma e alguns equipamentos. (Aguardando liberação de verba)
22	Confeção de palestra sobre manutenção preventiva de viaturas aos servidores da Regional	Importância de transmitir noções básicas de manutenção das viaturas, visando a preservação do patrimônio da União.	SELOG/SR/MT		Não atingida. Aguardando ordem superior.
23	Implementar o controle eletrônico de saída/entrada de viaturas em todas as Unidades da Polícia Federal em Mato Grosso	Facilitar e otimizar o controle da movimentação das viaturas da frota do Departamento de Polícia Federal.	SELOG/SR/MT		Atingida
24	Instalação de catracas de controle de entrada e saída de pessoas nas Unidades da Polícia Federal de Mato Grosso.	Melhorar a seguranças dos prédios das Unidades da Polícia Federal em Mato Grosso.	SELOG/SR/MT		Não atingida por falta de recurso.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

25	Realizar a ampliação da Sede da Delegacia de Polícia Federal de Rondonópolis.	O prédio onde se encontra funcionando a Delegacia pertencia ao INSS, não está em boas condições de conservação, especialmente as instalações elétricas e hidráulicas, além de ser muito pequeno e completamente inadequado às atividades desenvolvidas pela Polícia Federal.	SELOG/SR/MT		Não atingida por falta de recurso.
26	Substituir o mobiliário da Delegacia de Rondonópolis, adequando-os ao padrão do DPF.	O atual mobiliário disponível não se encontra no padrão da Polícia Federal e em precário estado de conservação. A qualidade dos trabalhos na Delegacia é afetada pela falta de mobiliário adequado e pela desmotivação que os equipamentos deteriorados tendem a causar em quem os utiliza.	SELOG/SR/MT		Atingida
27	Criação da sala de teleconferência na Sede da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso, bem como seus reflexos nas Delegacias descentralizadas.	Permitir a realização constantes de reuniões entre as Chefias e outros servidores das Unidades da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso	SELOG/SR/MT		Atingida parcialmente - ainda falta ampliar os equipamentos nas delegacias.
28	Incentivar a participação de servidores Policiais e Administrativos em curso a distância disponibilizados pelo Departamento de Polícia Federal, utilizando-se a sala do telecentro.	Incentivar a capacitação dos servidores policiais e administrativos da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso	SELOG/SR/MT		Atingida

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

29	Implementação de ginástica laboral no âmbito das Unidades da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso	A manutenção da qualidade de vida é condição fundamental para o bom desempenho das atividades do Policial Federal, evitando-se a ocorrência de doenças funcionais, particularmente a lesão por esforços repetitivos	SELOG/SR/MT		Não atingida - falta de estruturação de pessoal e ordem de serviço.
30	Instalação de nova central telefônica no edifício Sede da Superintendência e reforma do quadro de distribuição de telefone.	A instalação de novo central telefônica proporcionará uma redução de custos e maior controle das ligações telefônicas realizadas.	SELOG/SR/MT		Atingida
31	Reforma no quadro de distribuição de energia do edifício Sede da Superintendência.	A reforma visa realizar economia no consumo de energia elétrica, buscando a excelência na aplicação da verba pública.	SELOG/SR/MT		Atingida parcialmente - ainda possui serviços a realizar.
32	Dotar servidores com conhecimentos para atuação nos Núcleos de Análise e Inteligência, principalmente no que pertine ao recebimento, análise, processamento e difusão de dados importantes às investigações policiais;	Inexistência de treinamentos específicos e reciclagem periódica, circunstância que acarreta inevitável defasagem frente à dinamicidade do crime e do criminoso, especialmente o organizado.	SELOG/SR/MT		Não atingida.
33	Adquirir de munições para treinamento regular e periódico do contingente policial de todas Unidades da Superintendência do Estado de Mato Grosso	A capacitação do Policial ministrada por Policiais da SR/DPF/MT, que possuem curso na ANP há de ser reciclada em periodicidade razoável, sendo certo que o homem mal preparado, inclusive neste aspecto, é potencialmente perigoso para si mesmo e à sociedade.	SELOG/SR/MT		Não atingida.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

34	Aumentar o efetivo de servidores policiais em todas Unidades da Superintendência em Mato Grosso	O estado de Mato Grosso faz fronteira com a Bolívia, região de intensa atividade de narcotraficantes, contrabandistas, entre outros criminosos. O efetivo é insuficiente para o perfeito cumprimento das atribuições constitucionais e legais do DPF.	SELOG/SR/MT		Atingida parcialmente - houve posse de novos servidores policiais mas nenhum na área administrativa.
35	Expandir o estacionamento da sede da Delegacia de Polícia Federal de Barra do Garças.	Atualmente tanto as viaturas oficiais quanto os veículos apreendidos e vinculados a inquéritos policiais, estão sujeitos às intempéries climáticas, o que acelera consideravelmente a deterioração dos bens, causando prejuízos significativos ao desempenho da atividade-fim do DPF, bem como resultando em danos efetivos ao patrimônio da União.	SELOG/SR/MT		Não atingida - depende de procedimentos realizados pela SPU.
36	Adquirir equipamento de iluminação emergencial (NOBREAK) para a Delegacia de Polícia Federal de Barra do Garças	Faz-se necessário em virtude das constantes quedas de energia elétrica na região. Manter a iluminação do setor de plantão da Delegacia na eventualidade de falta de energia elétrica.	SELOG/SR/MT		Confeccionar termo de referência. Obtenção de recursos e licitar o equipamento.
37	Adquirir Barco de 7 metros com motor de 25/30 HP para atendimento das necessidades da Delegacia de Polícia Federal de Barra do Garças	Tendo em vista a alta incidência de crimes ambientais no Rio Araguaia, bem como nos demais rios federais que passam por nossa circunscrição.	SELOG/SR/MT		Não atingida - dificuldade na liberação de recurso.

METAS DA POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO EM 2010

38	Construção de canis nas Delegacias de Polícia Federal de Cáceres e Barra do Garças e no Edifício Sede da SR/DPFMT	Necessidade de contar com a ferramenta do cão farejador para o combate ao narcotráfico e ao terrorismo.	SELOG/SR/MT		Não atingida - falta de espaço físico e dificuldade na liberação de recurso.
----	---	---	-------------	--	--

Cuiabá/MT, março de 2011.

Valmir Lemos de Oliveira
Superintendente Regional